



Universidade de Brasília

Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Departamento de Administração

Curso de Graduação em Administração a distância

JULIANA CARVALHO GONÇALVES DIAS DE MEDEIROS

**SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA NO SETOR
BANCÁRIO BRASILEIRO: práticas de sustentabilidade
adotadas pelos dez maiores bancos atuantes no país**

Brasília – DF

2011

JULIANA CARVALHO GONÇALVES DIAS DE MEDEIROS

**SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA NO SETOR
BANCÁRIO BRASILEIRO: práticas de sustentabilidade
adotadas pelos dez maiores bancos atuantes no país**

Monografia apresentada a Universidade de Brasília (UnB) como
requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Administração.

Professora Orientadora: Dra. Selma Lúcia de Moura Gonzales

Brasília – DF

2011

Medeiros, Juliana Carvalho Gonçalves Dias de
Sustentabilidade Corporativa no Setor Bancário Brasileiro:
práticas de sustentabilidade adotadas pelos dez maiores bancos
atuantes no país / Juliana Carvalho Gonçalves Dias de Medeiros –
Brasília, 2011.

76f. : il

Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília,
Departamento de Administração – EaD, 2011.

Orientadora: Prof^a. Dra. Selma Lúcia de Moura Gonzales,
Departamento de Administração.

1. Sustentabilidade.
2. Bancos.
3. Finanças Sustentáveis.
4. Ecoeficiência

JULIANA CARVALHO GONÇALVES DIAS DE MEDEIROS

**SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA NO SETOR
BANCÁRIO BRASILEIRO: práticas de sustentabilidade
adotadas pelos dez maiores bancos atuantes no país**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de Administração da Universidade de Brasília da aluna

Juliana Carvalho Gonçalves Dias de Medeiros

Dra. Selma Lúcia de Moura Gonzales
Orientadora

MSc. Mariana Marlière Létti
Professora-Examinadora

Brasília, 11 de junho de 2011

RESUMO

Este trabalho avaliou a sustentabilidade corporativa no setor bancário brasileiro, por meio da presença de práticas de gestão e de finanças sustentáveis verificadas em sites e relatórios de 2009 das dez maiores instituições bancárias atuantes no país. Os resultados foram comparados com os encontrados anteriormente em levantamento semelhante baseado em dados de 2005 e 2006, realizado por Lins, Wajnberg e Moreno. Verificou-se que, de uma maneira geral, as práticas de sustentabilidade estão bem distribuídas e consolidadas no setor bancário brasileiro, porém com variações entre as instituições. As práticas de gestão mais frequentes são ecoeficiência, utilização de critérios socioambientais na seleção de fornecedores, divulgação de relatórios de desempenho socioambiental e de políticas de segurança da informação. A menos frequente é o estabelecimento de meta de neutralidade de carbono. As práticas de finanças sustentáveis mais frequentes são a análise de riscos socioambientais na concessão de financiamentos, o crédito responsável e a disponibilização de fundos socialmente responsáveis. A menos frequente é a oferta de seguros ambientais. As práticas de sustentabilidade estão mais presentes nos grandes bancos de varejo, enquanto os bancos de atuação mais restrita não apresentaram a maioria das práticas analisadas. No comparativo com o levantamento anterior, verifica-se que as práticas se tornaram mais presentes, com destaque para ecoeficiência, crédito responsável, educação financeira, oferta de fundos socialmente responsáveis e participação no mercado de carbono. Apesar de ter baixo impacto socioambiental direto, o setor bancário possui alto impacto indireto, por meio de suas atividades de financiamento. A incorporação de práticas de sustentabilidade pode fazer do setor um forte indutor de desenvolvimento sustentável. O setor bancário brasileiro, por meio de seu comprometimento com a sustentabilidade corporativa, tem assumido este papel indutor e vem contribuindo para uma nova postura em direção à sustentabilidade, por parte de toda a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Bancos. Finanças Sustentáveis. Ecoeficiência.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Frequência de práticas de sustentabilidade em gestão, observadas em sites e relatórios das dez maiores instituições bancárias atuantes no Brasil, nos anos de 2005/2006 e 2009.

Gráfico 2: Frequência de práticas de finanças sustentáveis observadas em sites e relatórios das dez maiores instituições bancárias atuantes no Brasil, nos anos de 2005/2006 e 2009.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Neutralidade de carbono, apresentada pelo HSBC em seu relatório de Sustentabilidade 2009.

Figura 2: Relato de desempenho ambiental do Banco do Brasil, com apresentação de indicadores GRI, retirado de seu Relatório de Anual de 2009.

Figura 3: Relato de desempenho ambiental da Caixa Econômica Federal, retirado de seu Relatório de Sustentabilidade 2009.

Figura 4: Divulgação de política de segurança da informação no site do banco Itaú.

Figura 5: Curso Orçamento Familiar, disponível no site do Itaú.

Figura 6: Curso Finanças Pessoais, disponível no site do Bradesco.

Figura 7: Curso Direitos do Consumidor, disponível no site do Banco do Brasil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Práticas de sustentabilidade no setor bancário.

Quadro 2: Roteiro para avaliação de relatórios e sites.

Quadro 3: Relação de sites e relatórios analisados.

Quadro 4: Práticas de sustentabilidade em gestão, em instituições bancárias atuantes no Brasil.

Quadro 5: Práticas de finanças sustentáveis em instituições bancárias atuantes no Brasil.

Quadro 6: Adesão das instituições bancárias participantes da pesquisa aos Princípios do Equador e ao Protocolo Verde.

Quadro 7: Práticas de sustentabilidade em gestão, presentes em pelo menos 70% dos dez maiores bancos atuantes no Brasil, nos anos de 2005/06 e 2009.

Quadro 8: Práticas de finanças sustentáveis presentes em pelo menos 70% dos dez maiores bancos atuantes no Brasil, nos anos de 2005/06 e 2009.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Concentração no setor bancário brasileiro – percentual de participação das quinze maiores instituições no sistema financeiro nacional - SFN.

Tabela 2: Representatividade dos bancos selecionados para pesquisa no sistema financeiro nacional-SFN.

Tabela 3: Presença de práticas de sustentabilidade em gestão nas dez maiores instituições bancárias atuantes no Brasil.

Tabela 4: Práticas de finanças sustentáveis nas dez maiores instituições bancárias atuantes no Brasil.

Tabela 5: Evolução da concentração no setor bancário brasileiro entre dez/2006 e dez/2009.

Tabela 6: Práticas de sustentabilidade nos dez maiores bancos atuantes no Brasil nos anos de 2005/06 e 2009.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Formulação do Problema	10
1.2 Objetivo Geral	11
1.3 Objetivos Específicos	11
1.4 Justificativa	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 O Conceito de Sustentabilidade Corporativa	13
2.2 Contexto da Sustentabilidade no Setor Bancário	15
2.3 Práticas para a Sustentabilidade no Setor Bancário.....	18
2.3.1 Práticas de Gestão.....	20
2.3.1.1 Ecoeficiência.....	20
2.3.1.2 Critérios Socioambientais na Seleção de Fornecedores	20
2.3.1.3 Diversidade.....	21
2.3.1.4 Divulgação de Informações sobre o Desempenho Socioambiental...	22
2.3.1.5 Mudanças Climáticas.....	22
2.3.1.6 Segurança da Informação	23
2.3.1.7 Lavagem de Dinheiro.....	24
2.3.2 Práticas de Finanças Sustentáveis	24
2.3.2.1 Avaliação de Riscos Socioambientais em Financiamentos	24
2.3.2.2 Crédito Responsável	25
2.3.2.3 Microcrédito	26
2.3.2.4 Fundos Socialmente Responsáveis.....	27
2.3.2.5 Financiamentos Socioambientais	28
2.3.2.6 Mercado de Carbono	28
2.3.2.7 Seguros Ambientais.....	29
3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	31
3.1 Caracterização do Setor Bancário Brasileiro	31
3.2 Amostra	32
3.3 Instrumento de Pesquisa	33
3.4 Procedimentos de Coleta e de Análise de dados	35
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	36
4.1 Práticas de Gestão	36
4.2 Práticas de Finanças Sustentáveis.....	46
4.3 Painel Comparativo	56
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	65

1 INTRODUÇÃO

O conceito do que conhecemos hoje como desenvolvimento sustentável foi lançado em 1987 pela Organização das Nações Unidas, no Relatório Nosso Futuro Comum. Desde então, empresas de todo o mundo atentam para o fato de que é preciso “satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras suprirem suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1987).

Durante algum tempo a expressão “desenvolvimento sustentável” foi utilizada somente em pesquisas sobre extrativismo e agricultura, nas quais se buscava determinar até que ponto um recurso natural poderia ser explorado sem comprometimento do ecossistema ou do solo. Porém, com a crescente conscientização de governos, mídia e cidadãos quanto aos problemas socioambientais, as empresas foram pressionadas a reconsiderar suas práticas de gestão, procurando compreender como tais fenômenos poderiam afetar seus negócios. Assim nasceu a sustentabilidade corporativa - a aplicação prática do conceito de desenvolvimento sustentável (MATTAROZZI E TRUNKL, 2008).

Até recentemente, a discussão sobre a sustentabilidade corporativa não incluía o setor bancário, sendo focada principalmente nos setores ligados a atividades extrativistas e industriais. A mudança se deu em 2003, no Fórum Econômico Mundial de Davos. Ali, organizações de diversos países assinaram a Declaração Collevecchio, pressionando as instituições financeiras a aperfeiçoarem suas políticas de aplicação de recursos de forma a incorporar critérios de sustentabilidade em suas decisões estratégicas. O impacto socioambiental destas instituições, anteriormente tido como limitado, ganhou maior importância no cenário global (WAJNBERG, 2007; FEBRABAN, 2007).

Atualmente, a atuação das instituições financeiras, no que se refere ao desenvolvimento sustentável, já não se limita à análise de riscos socioambientais na aprovação de financiamentos, incluindo também o estímulo a investimentos considerados sustentáveis e ao microcrédito produtivo, a oferta de produtos com viés socioambiental e a utilização de critérios socioambientais na seleção de fornecedores (WAJNBERG, 2007).

Segundo o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), o setor financeiro do Brasil destaca-se como um dos mais avançados no mundo no contexto da sustentabilidade. O esforço está sendo reconhecido internacionalmente. O Itaú foi considerado, pela segunda vez, a instituição financeira mais sustentável de todos os mercados emergentes e da América Latina com o prêmio *Financial Times Sustainable Awards*; o relatório de sustentabilidade 2008 do Banco do Brasil recebeu o prêmio *Global Reporting Initiative (GRI) Readers Choice Awards* 2010; e o Bradesco, por sua vez, ganhou o prêmio GRI como relatório mais eficaz no mesmo ano (FRANÇA, 2010).

1.1 Formulação do Problema

Embora o reconhecimento possa servir como motivador para uma maior incorporação da sustentabilidade pelos bancos brasileiros, questiona-se até que ponto as estratégias negociais destas instituições levam em consideração critérios socioambientais.

Lins, Wajnberg e Moreno (2007), em estudo pioneiro, investigaram as principais práticas de sustentabilidade corporativa adotadas pelos maiores bancos brasileiros, assim como a percepção de seus executivos quanto aos desafios para a incorporação da sustentabilidade nas estratégias negociais do setor financeiro brasileiro. Tal estudo revelou que o setor bancário já insere aspectos socioambientais em suas decisões. Entretanto, há grande variação entre as instituições estudadas: enquanto algumas mostram clara liderança na incorporação da sustentabilidade nos negócios, outras estão ainda em fase inicial.

O presente trabalho busca investigar, a exemplo do que fizeram Lins, Wajnberg e Moreno utilizando dados referentes a 2005/2006, o estado atual da sustentabilidade corporativa nas principais instituições do setor bancário atuantes no Brasil. Deseja-se avaliar como os aspectos socioambientais relacionados ao dia-a-dia dos negócios estão sendo tratados pelas instituições bancárias. Adicionalmente, pretende-se verificar que mudanças podem ser observadas passados quatro anos.

1.2 Objetivo Geral

Avaliar a sustentabilidade corporativa no setor bancário brasileiro, pela presença de práticas de sustentabilidade verificadas pela análise dos sites e relatórios do ano de 2009, das dez maiores instituições bancárias atuantes no Brasil, comparando-as com o levantamento efetuado por Lins, Wajnberg e Moreno (2007) utilizando dados de 2005 e 2006.

1.3 Objetivos Específicos

- Identificar as atuais práticas de sustentabilidade adotadas pelos dez maiores bancos atuantes no país;
- Identificar possíveis mudanças ou novas tendências, em relação às observações de Lins, Wajnberg e Moreno (2007) referentes a 2005 e 2006.

1.4 Justificativa

A incorporação de aspectos sociais e ambientais nas estratégias das empresas é hoje tema de muitas discussões. Em relação ao setor bancário, a questão é especialmente relevante pelo enorme impacto indireto de sua atividade. Tal impacto se concretiza principalmente por meio das atividades de financiamento e no relacionamento com seus fornecedores (MATTAROZZI E TRUNKL, 2008).

A investigação da sustentabilidade no setor bancário proposta neste trabalho indicará o estado atual de adoção de práticas de sustentabilidade por algumas das principais instituições financeiras atuantes no país, bem como suas políticas de divulgação. Este último aspecto é extremamente importante, por possibilitar o acompanhamento e o monitoramento de tais práticas pela sociedade.

Ao avaliar as informações sobre tais práticas, este trabalho traçará um panorama geral de sua existência nos diversos bancos analisados, e oferecerá ao leitor uma visão sobre a incorporação do conceito de sustentabilidade no setor bancário como um todo. Os dados serão comparados com os observados por Lins, Wajnberg e Moreno (2007), referentes aos anos de 2005 e 2006, o que permitirá a identificação de possíveis mudanças ou novas tendências.

Esta visão é importante na medida em que se discute o papel dos bancos na promoção do desenvolvimento sustentável. Como se relacionam com todos os setores da sociedade, os bancos possuem uma enorme influência. Segundo Mattarozzi e Trunkl (2008), o papel principal, e estratégico, dos bancos é o de indutor de práticas de sustentabilidade, em função do forte poder de persuasão que possuem como instituições detentoras de recursos. Assumindo este papel, os bancos podem contribuir significativamente para uma nova postura em direção à sustentabilidade, em toda a sociedade brasileira.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Conceito de Sustentabilidade Corporativa

O conceito de desenvolvimento sustentável como “aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, é claramente definido e amplamente aceito. Porém, segundo Van Marrewijk (2003, citado por WAJNBERG, 2007) ainda há debate quanto à definição da expressão sustentabilidade corporativa .

Antunes (2011) caracteriza três momentos em sua análise da evolução do conceito de sustentabilidade corporativa:

–Sustentabilidade 1.0

É a chamada responsabilidade socioambiental. Surgiu a partir da Eco-92, quando o assunto sustentabilidade se tornou pauta no mundo corporativo, e as empresas se sentiram pressionadas a atuar de forma mais efetiva, buscando alinhar ações socioambientais aos seus negócios. Este momento se caracteriza pela elaboração e execução de projetos de acordo com as demandas das partes interessadas. Trata-se de uma atuação reativa, que tem por objetivo legitimar uma gestão (não necessariamente sustentável) em resposta a cobranças cada vez mais frequentes.

–Sustentabilidade 2.0

Este é o momento em que as empresas perceberam que a sustentabilidade pode ser fonte de uma boa imagem. Assim, os projetos de sustentabilidade implantados passaram a ser amplamente divulgados e a sustentabilidade foi incorporada às estratégias de comunicação e marketing.

–Sustentabilidade 3.0

Trata-se de um novo modelo de gestão empresarial, em que o lucro e a competitividade continuam em primeiro plano, mas não a qualquer custo - é necessário integrar a perspectiva sustentável à missão e às estratégias de negócio. Assim, a sustentabilidade sai de uma área periférica e passa a influir diretamente

nas tomadas de decisão, modificando processos e transformando os valores corporativos. Esta é a sustentabilidade corporativa proposta nos dias de hoje.

Os momentos propostos por Antunes (2011) são característicos, mas não necessariamente sucessivos e excludentes, de modo que é possível enquadrar a atuação de empresas hoje, em todos eles.

Este trabalho tratará a sustentabilidade corporativa como definida por Mattarozzi e Trunkl (2008). Conforme os autores, sustentabilidade corporativa é a aplicação prática, pelas empresas, do conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, não se limita às iniciativas de ecoeficiência e nem se confunde com as atividades de cunho social desenvolvidas pelas instituições. Trata-se da adoção de critérios socioambientais, além dos econômico-financeiros, na definição da estratégia e operação do negócio, bem como nas relações com as partes interessadas. Consequentemente, o trabalho realizado pelas diversas fundações associadas às instituições financeiras, não será considerado. Em relação à evolução do conceito de sustentabilidade corporativa apresentada por Antunes (2011), a definição de Mattarozzi e Trunkl (2008), adotada neste trabalho, pode ser classificada como sustentabilidade 3.0.

Fundamentalmente associado à sustentabilidade corporativa, está o conceito do tripé da sustentabilidade. O conceito, proposto por Elkington em seu livro “Canibais com Garfo e Faca”, refere-se à construção de indicadores que permitam mensurar a atuação de uma empresa em três esferas (tripé): econômica, ambiental e social. Assim, como a sustentabilidade corporativa necessariamente incorpora as dimensões social e ambiental à estratégia de negócios, o autor defende que o desempenho da empresa também seja avaliado nestas três dimensões (MATAROZZI E TRUNKL, 2008). Para tanto, são necessárias a construção de métricas específicas, sua mensuração periódica e inclusão nos sistemas contábeis. Nesse sentido, destacam-se iniciativas como o *Global Reporting Initiative* (GRI), que propõem a padronização de um conjunto de indicadores que podem ser usados para a mensuração do desempenho socioambiental corporativo (WAJNBERG, 2007).

2.2 Contexto da Sustentabilidade no Setor Bancário

Segundo Schmidheiny (1992, citado por MATTAROZZI E TRUNKL, 2008), o caminho a ser trilhado rumo ao desenvolvimento sustentável tem um sentido empresarial porque cria vantagens competitivas e novas oportunidades de negócios. O autor identificou o mercado financeiro como uma das áreas em que seriam necessárias grandes mudanças. Em sua visão, os negócios bancários não deveriam se limitar a garantir o lucro, mas também a melhoria das áreas em que fossem realizados.

O engajamento dos bancos com as questões ligadas à sustentabilidade se iniciou na década de 90, em especial, após a Eco-92. A conferência, realizada no Rio de Janeiro, consolidou na pauta mundial o interesse pela conservação do planeta, e introduziu a Agenda 21 e as discussões relacionadas à redução de gases do efeito estufa – GEE (MATTAROZZI E TRUNKL, 2008).

As discussões sobre a emissão de GEE culminaram na elaboração do Protocolo de Kyoto, em 1997, segundo o qual os países industrializados se comprometeram a reduzir sua emissão. O Protocolo também criou o Mecanismo do Desenvolvimento Limpo (MDL), a partir do qual se estruturou o mercado de créditos de carbono (MATTAROZZI E TRUNKL, 2008).

Também em 1992, a Organização das Nações Unidas, em parceria com bancos privados, lançou um fórum mundial de finanças no âmbito do seu Programa para o Meio Ambiente. Tal fórum, conhecido como Unep-FI (do inglês *United Nations Environment Programme Finance Initiative*), se propõe a identificar e promover melhores práticas na área de finanças sustentáveis, em escala internacional, para todos os tipos de operações financeiras. As instituições financeiras atuantes no Brasil associadas ao Unep-FI são o Itaú, o BNDES, Rabobank Internacional e o Santander (UNEP-FI, 2011).

Em 1995 foi elaborado no Brasil, o Protocolo Verde - uma das primeiras iniciativas nacionais de estímulo à incorporação da sustentabilidade nos negócios. Trata-se de uma carta de intenções para promoção do desenvolvimento sustentável, com o estabelecimento de critérios ambientais na concessão de crédito e benefícios fiscais por parte de bancos, órgãos e autarquias do governo federal. Aderiram ao Protocolo

Verde os bancos públicos federais Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazônia, e o Banco do Brasil (BB) (MATTAROZZI E TRUNKL, 2008).

O Protocolo Verde foi renovado em 2008, numa nova versão que estabelece princípios mais abrangentes e objetivos nas análises de clientes e projetos, assim como na gestão de recursos. Podem ser citados como exemplo o compromisso com a oferta de condições diferenciadas de financiamento (taxa, prazo, carência, critérios de elegibilidade, etc.) para projetos que promovam o desenvolvimento sustentável; e com a orientação dos tomadores de crédito de forma a induzir a adoção de práticas de produção e consumo sustentáveis, ambos explícitos no novo documento (PROTOCOLO VERDE, 2008).

Em 2009, a Febraban lançou o Protocolo Verde para os bancos privados, com adesão inicial dos bancos Bradesco, Cacique, Citibank, HSBC, Itaú Unibanco, Safra e Santander (PROTOCOLO VERDE, 2009). A adesão dos grandes bancos privados do país ao documento que vincula a concessão de crédito a critérios socioambientais, é um forte estímulo para os empresários que ainda desconsideram essas práticas, a adotá-las mais rapidamente.

Em 1999, a Bolsa de Valores de Nova York lançou o primeiro índice global de ações de empresas consideradas sustentáveis segundo critérios financeiros e socioambientais - o Dow Jones Sustainability Index (DJSI). Fazem parte do DJSI (carteira 2009/2010) as brasileiras Aracruz, Bradesco, Cemig, Itaú-Unibanco, Itaúsa, Petrobrás e Redecard (VIALLI, 2009).

Em janeiro de 2003, a Declaração de Collevecchio, endossada por mais de 200 organizações da sociedade civil, foi apresentada durante o Fórum Econômico Mundial. O documento delineia o papel que o setor financeiro tem em promover a sustentabilidade, convocando-o a trabalhar temas como impactos, responsabilidade, transparência, prestação de contas e governança corporativa (FEBRABAN, 2007).

Também em 2003, dez grandes bancos mundiais lançaram os Princípios do Equador – PE. Tais princípios, cuja adesão é voluntária, têm como principal propósito a incorporação da análise de riscos socioambientais na avaliação de

propostas de financiamento de projetos. A criação dos Princípios do Equador representa um importante marco no reconhecimento, pelo setor financeiro, do impacto ambiental e social de suas atividades de financiamento (MATTAROZZI E TRUNKL, 2008).

Atualmente, 67 instituições financeiras em todo o mundo são signatárias dos Princípios do Equador. O Unibanco foi o primeiro banco brasileiro a aderir aos PE, em junho de 2004. Posteriormente, juntaram-se ao grupo os bancos Itaú, Bradesco e Banco do Brasil e, mais recentemente, a Caixa Econômica Federal. Bancos internacionais que atuam no Brasil, como o Santander, HSBC e Citibank também são signatários dos Princípios do Equador (MATTAROZZI E TRUNKEL, 2010)

Em meados de 2005, foi lançada oficialmente a Câmara Temática de Finanças Sustentáveis (CTFIN) do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). Seu objetivo é contribuir para que as instituições financeiras assumam seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável, fomentando a discussão de princípios e melhores práticas. Tal câmara é formada por grandes grupos do mercado financeiro do país e já consolidou sua posição como fonte indutora de um novo modelo de desenvolvimento (MATTAROZZI E TRUNKEL, 2008).

Também em 2005, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) lançou o ISE. Segundo a Bovespa, trata-se de um índice que tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro (BOVESPA, 2011).

Segundo o CEBDS (2011), o setor financeiro brasileiro é um dos mais avançados em questões relacionadas à sustentabilidade, assumindo, de forma crescente e definitiva, uma posição pró-ativa na análise dos projetos de financiamento. Este esforço tem sido reconhecido internacionalmente em premiações relacionadas ao tema. O ABN AMRO Real ganhou o *Financial Times Sustainable Awards*, como o banco sustentável do ano de 2006 em mercados emergentes (PRADO E ROSENBURG, 2007). O Banco do Brasil ganhou o mesmo prêmio no ano de 2007, na categoria de países latino-americanos. Em 2010, Itaú Unibanco recebeu pela

segunda vez, o *Financial Times Sustainable Awards* como a instituição financeira mais sustentável dos os mercados emergentes e da América Latina. Neste mesmo ano, o relatório de sustentabilidade 2008 do Banco do Brasil foi escolhido para receber o prêmio *Global Reporting Initiative (GRI) Readers Choice Awards 2010*, e o Bradesco recebeu o prêmio GRI como relatório mais eficaz (FRANÇA, 2010).

A evolução das questões relacionadas à sustentabilidade no setor bancário se deu, em parte, devido a pressões exercidas por organizações ambientalistas que perceberam a posição estratégica dos bancos para atingir alguns dos principais agentes responsáveis por grandes impactos socioambientais – seus clientes corporativos (MATTAROZZI E TRUNKL, 2008). Assim, ainda que a atividade bancária em si não tenha impacto socioambiental significativo direto, seu impacto indireto, por meio das atividades de financiamento, é considerável. O papel do setor bancário como estimulador do desenvolvimento sustentável vem se consolidando mundialmente, e no Brasil é reconhecido pelo próprio CEBDS, por meio da sua Câmara Técnica de Finanças Sustentáveis, que declara que as instituições financeiras têm papel fundamental na construção do desenvolvimento sustentável (CEBDS, 2011).

O setor bancário brasileiro vem passando por profundas transformações ao longo dos últimos 15 anos. Com o fim do período de alta inflação, após a bem sucedida implantação do Plano Real, o setor passou por um processo de consolidação, por meio de fusões e aquisições de bancos, que resultou num alto grau de concentração (PAULA E OUREIRO, 2007).

Atualmente, os dez maiores bancos atuantes no país são: Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), Santander, HSBC, Votorantim, Safra e Citibank. Estes bancos representam aproximadamente 85% do total de ativos e 94% de funcionários do setor bancário brasileiro.

2.3 Práticas para a Sustentabilidade no Setor Bancário

A incorporação da sustentabilidade aos negócios deve ser indissociável da missão da instituição financeira, norteando suas políticas em todas as áreas. São essas

políticas que servirão de base para a elaboração de estratégias de negócios fundamentadas em critérios socioambientais (MATAROZZI E TRUKL, 2008). Assim, para avaliar o grau de comprometimento de uma instituição com a sustentabilidade, pode-se considerar o desdobramento de suas políticas e estratégias em práticas sustentáveis.

As práticas de sustentabilidade podem estar presente em empresas do setor bancário de diversas formas: na concessão de crédito, oferta de produtos, gestão de resíduos, reformulação de processos, na relação com fornecedores, etc. Para efeito didático, as práticas são divididas em dois segmentos, conforme Lins, Wajnberg e Moreno (2007):

- **Práticas de gestão:** ações de gestão, não diretamente relacionadas às atividades geradoras de receitas das empresas financeiras;
- **Práticas de finanças sustentáveis:** ações relacionadas à atividade fim do negócio.

As práticas de gestão e finanças sustentáveis observáveis no setor bancário são apresentados no Quadro 1.

Gestão	Finanças sustentáveis
Programas de ecoeficiência	Avaliação de riscos socioambientais em financiamentos
Critérios socioambientais na seleção de fornecedores e prestadores de serviços	Crédito responsável
Divulgação de desempenho socioambiental	Microcrédito
Diversidade na força de trabalho	Fundos socialmente responsáveis
Mudanças climáticas	Financiamentos socioambientais
Segurança da informação	Mercado de carbono
Lavagem de dinheiro	Seguros ambientais

Quadro 1: Práticas de sustentabilidade no setor bancário. Fonte: Lins, Wajnberg e Moreno (2007).

2.3.1 Práticas de Gestão

2.3.1.1 Ecoeficiência

O CEBDS (2011) conceitua ecoeficiência como o uso mais eficiente de materiais e energia, a fim de reduzir os custos econômicos e os impactos ambientais. Dado o cenário competitivo em que as organizações enfrentam, ao mesmo tempo, pressões de crescimento e aumento de receitas, e pressões para a redução do impacto ambiental de suas atividades, a ecoeficiência apresenta-se como uma excelente ferramenta de gestão (RIBEIRO, SOUZA E CAMPOS, 2010).

No caso dos bancos, a questão mais relevante é o consumo de papel. Os bancos são grandes consumidores de papel, considerando suas necessidades constantes de envio de correspondências (extratos, faturas, materiais promocionais), impressão de formulários, relatórios e outras atividades. Segundo a Febraban (2009), somente as seis maiores instituições financeiras do Brasil consumiram em 2009 mais de 20 mil toneladas do material em suas unidades administrativas.

Outros pontos relativos à ecoeficiência, como a utilização de água e emissão de poluentes sólidos e líquidos, são menos relevantes neste setor, por terem volumes consideravelmente baixos quando comparado a outros setores, como os industriais. Tachizawa (2002, citado por TOLEDO, 2005) ao analisar diferentes tipos de empresas, considerou que as atividades ligadas ao setor financeiro apresentam impactos ambientais quase nulos.

2.3.1.2 Critérios Socioambientais na Seleção de Fornecedores

A sustentabilidade corporativa prevê a aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável em todos os negócios da empresa, englobando inclusive as cadeias de suprimentos. Assim, os processos relacionados à seleção, contratação, avaliação e desenvolvimento de fornecedores também devem ser tratados sob a ótica da sustentabilidade.

Os principais bancos atuantes no país já utilizam, em algum grau, critérios socioambientais na seleção de fornecedores. Segundo a Febraban (2008), 60% dos associados verifica a adequação de fornecedores a seus valores e princípios.

A incorporação de aspectos sociais e ambientais na seleção de fornecedores é uma questão relevante no setor financeiro, devido ao o grande número de fornecedores com que essas instituições se relacionam. Também segundo o Relatório Anual da Febraban de 2008, o setor mantinha mais de 100 mil fornecedores no referido ano.

2.3.1.3 Diversidade

Considerando a dimensão social do conceito de sustentabilidade, a diversidade do quadro funcional é um importante aspecto a ser avaliado. A noção de diversidade diz respeito à composição variada da força de trabalho segundo critérios de gênero, raça, cor, deficiência e orientação sexual. O que se busca nas modernas políticas de diversidade é fazer com que as pessoas empregadas tenham o mesmo grau de heterogeneidade que caracteriza a população em geral (NOGUEIRA, 2005).

Independente dos aspectos legais (que certamente devem ser considerados), a avaliação é que a diversidade proporciona ganhos à instituição que dela faz uso. Santos (2006) considera a diversificação da força de trabalho um fator crítico para o sucesso da empresa. Ainda segundo o autor,

valorizar a participação dos múltiplos grupos que compõem o arsenal de talentos de que dispõe a sociedade não é política de benemerência, mas sim uma ação estratégica que induz uma combinação rara e preciosa a favor da competitividade, da cidadania e da sustentabilidade.

A preocupação com a diversidade funcional no setor bancário se expressa no Programa de Valorização da Diversidade, implantado em 2008, com o primeiro Censo da Diversidade. Segundo a Febraban, este foi o mais detalhado mapeamento sobre diversidade já feito por qualquer setor de atividade no Brasil. A ideia é utilizar os dados levantados para subsidiar a formulação de políticas de promoção de igualdade de oportunidades, e de combate ao preconceito e à discriminação com base na cor, raça, etnia, origem, sexo, deficiências, idade, credo religioso e orientação sexual (FEBRABAN, 2008).

2.3.1.4 Divulgação de Informações sobre o Desempenho Socioambiental

A transparência da empresa na divulgação de informações relacionadas ao comportamento socioambiental é um indicador do seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Trata-se de um aspecto fundamental por permitir seu monitoramento pelas partes interessadas e pela sociedade como um todo.

Segundo Barros (2007), o acesso a informações socioambientais é imprescindível para solucionar ou minimizar os impactos causados aos ecossistemas. O autor sugere ampliar o conceito de informação ambiental para informação socioambiental, de modo que o acesso a tais informações (previsto na lei 10.650, de 16/04/2003 - Lei do Direito à Informação Ambiental) seja garantido legalmente.

A divulgação de informações relativas ao desempenho socioambiental também é um aspecto de muita importância para o mercado, visto que está entre os requisitos necessários para ingresso tanto no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa quanto no *Dow Jones Sustainability Index* da Bolsa de Nova York (WAJNBERG, 2007).

2.3.1.5 Mudanças Climáticas

Segundo Mattarozzi e Trunkl (2008), ao dar atenção às questões associadas ao aquecimento global, as instituições financeiras reconhecem sua vulnerabilidade em relação aos impactos dessa natureza, mas também têm a oportunidade de desenvolver novos mercados e produtos a partir de tais impactos.

As oportunidades (como financiamento de projetos de energia limpa ou mercado de carbono) serão tratadas no tópico de práticas relacionadas a finanças sustentáveis. Aqui, serão considerados os fatores associados a mudanças climáticas que têm levado as empresas a reverem seus processos internos, de forma a reduzir os impactos no meio ambiente. De acordo com o relatório do *Carbon Disclosure Project*¹ (2006), os principais riscos financeiros das mudanças climáticas são:

¹ O *Carbon Disclosure Project* é uma iniciativa sem fins lucrativos, financiada pelo *Carbon Trust* do governo britânico e por um grupo de fundações liderado pela *Rockefeller Foundation*, cujo objetivo é informar os investidores sobre os riscos e oportunidades relevantes gerados pelas mudanças climáticas (Mattarozzi e Trunkl, 2008)

- Riscos físicos, como danos aos ativos ou atrasos em projetos devido ao aumento no número de dias com condições climáticas adversas;
- Riscos regulatórios, resultantes de legislação mais exigente quanto às emissões de gases de efeito estufa pelas empresas;
- Riscos de imagem ou reputacionais, derivados de uma percepção de inércia de instituições frente à questão de mudanças climáticas.

Um primeiro passo para uma contribuição mais efetiva em relação a mudanças climáticas é o levantamento das emissões de gases do efeito estufa (GEE), seguido do estabelecimento de metas de redução. Segundo a Febraban (2009), ainda não foi possível consolidar o volume de emissões do setor, uma vez que são poucas as instituições que já realizam o inventário e possuem metas para a redução. De qualquer forma, já estão sendo adotadas ações como renovação de equipamentos e veículos e a substituição de viagens por videoconferências, com o objetivo de diminuir e utilização de critérios mais rígidos em aspectos de sustentabilidade para selecionar fornecedores.

2.3.1.6 Segurança da Informação

A segurança da informação é constituída basicamente por um conjunto de controles, incluindo políticas, processos, estruturas organizacionais, normas e procedimentos de segurança. Seu objetivo é a proteção das informações dos clientes e da empresa, nos seus aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade (BANCO DO PLANETA, 2010).

Em relação ao setor bancário, a virtualização dos meios de pagamento, (cartões e internet substituindo cheque e dinheiro), permite aos bancos acessar informações sobre o comportamento de consumo dos clientes. Embora os benefícios sejam incontestáveis para ambas as partes (personalização de ofertas e a construção de perfis de utilização para subsidiar políticas de segurança), este movimento pode representar uma ameaça à privacidade dos clientes, sendo necessária por parte das instituições financeira a adoção de políticas de segurança da informação.

2.3.1.7 Lavagem de Dinheiro

A lavagem de dinheiro é um crime de alto potencial lesivo à sociedade e consiste na tentativa de dar aparência lícita a recursos oriundos de atividades criminosas. A prevenção contra a lavagem de dinheiro está prevista na Lei 9.613/98, sendo portanto uma obrigação legal. Tal lei considera as instituições financeiras obrigadas a identificar clientes e manter seu cadastro atualizado, manter registros de operações e comunicar indícios de lavagem de dinheiros, sob pena de perda da autorização de funcionamento (COAF, 2000).

Segundo a Febraban, em seu relatório de 2008, 100% dos associados declaram manter procedimentos específicos para prevenção à lavagem de dinheiro e 88% os adotam em referência à identificação de recursos provenientes de tráfico de drogas, armas e terrorismo.

2.3.2 Práticas de Finanças Sustentáveis

2.3.2.1 Avaliação de Riscos Socioambientais em Financiamentos

É consenso que o impacto direto das atividades do setor bancário é consideravelmente pequeno quando comparado àquele de seus clientes. Assim, as atividades de financiamento dos bancos são o principal gerador de impacto ambiental no meio em que atuam (MATTAROZZI E TRUNKEL, 2008).

Os Princípios do Equador, já mencionados, exigem de seus signatários a avaliação de riscos socioambientais para financiamentos de projetos com custo de capital a partir de US\$ 10 milhões. Os bancos signatários comprometem-se a classificar o risco dos projetos financiados aplicando critérios para avaliar questões que envolvem direitos trabalhistas, conservação da biodiversidades, níveis de poluição, bem como realizando consultas às populações afetadas. A revisão em andamento deverá diminuir o valor de referência, de forma a inserir projetos de menor porte, porém não menos importantes. São signatários dos Princípios do Equador, o Itaú, Bradesco, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Santander, o HSBC e o Citibank (MATTAROZZI E TRUNKEL, 2010).

No Brasil, o Real foi o primeiro banco a adotar critérios socioambientais na concessão de empréstimos, no início dos anos 2000. Ao avaliar tais riscos, o objetivo era influenciar seus clientes na adoção de práticas sustentáveis, apontando soluções para uma mudança de atitude (MATTAROZZI E TRUNKEL, 2008). Atualmente, todos os maiores bancos atuantes no país já utilizam critérios socioambientais em algum grau na concessão de financiamentos (FEBRABAN, 2009).

2.3.2.2 Crédito Responsável

A expressão crédito responsável se refere às práticas de empréstimo e financiamento que levam à melhora da situação financeira do cliente (LINS, WAJNBERG E MORENO, 2007). Assim, envolve o empréstimo de valores apropriados, a taxas razoáveis, em prazos adequados. Esta prática também inclui o aconselhamento financeiro do cliente, considerando sua capacidade de pagamento e seus objetivos.

Com a estabilidade econômica, o aumento do poder aquisitivo e o acesso ao crédito, aliados ao desejo de consumo, as famílias brasileiras tiveram gastos superiores à renda em 2010. Segundo a pesquisa Tendências do Consumidor, 53% das famílias de todas as classes sociais registraram gastos acima da renda familiar (TAKAHASHI, BATISTA E ANGELO, 2011). Este é um contexto em que a oferta de crédito responsável assume um papel ainda mais importante.

O aumento do consumo está motivando diversas ações de educação financeira patrocinadas pelos bancos. Por exemplo, a criação do portal Meu [Bolso em Dia](#), pela Febraban (2009). O foco é no uso consciente do dinheiro e em informações sobre produtos e serviços bancários. Os usuários também têm acesso a planilhas de controle de gastos, chats com especialistas e jogos interativos sobre poupança.

É um assunto especialmente relevante levando em consideração o ritmo de bancarização da população brasileira. Em 2000, havia 48,2 milhões de contas correntes ativas, nos dias de hoje, são mais de 120 milhões (FEBRABAN, 2009).

2.3.2.3 Microcrédito

Segundo o Relatório Social do BNDES (2005), o microcrédito é definido como

aquela atividade que, no contexto das microfinanças, está voltada à concessão de crédito para o financiamento de pequenos empreendimentos e diferencia-se dos demais tipos de empréstimo em função, principalmente, da metodologia adotada, que pode ser resumida na utilização de agentes de crédito, de garantia solidária e de prazos curtos de financiamento.

O microcrédito ganhou popularidade com o sucesso do Banco Grameen, em Bangladesh, cujo fundador, o professor Muhammad Yunus, ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2006. O Grameen não exige nenhum tipo de garantia nem contratos formais de empréstimo. Os empréstimos, sempre de pequenos valores, são concedidos a grupos, com amortizações semanais e prazo de um ano. Os empréstimos permitem que os clientes escapem do círculo vicioso da pobreza, uma vez que oferece os meios necessários para o início de atividades produtivas, e consequente geração de renda. Seu modelo de microcrédito foi copiado por várias instituições. Em 2006, o banco registrou um lucro líquido de 20 milhões de dólares, com inadimplência inferior a 2%, além de ter contribuído para retirar muitos de seus clientes da pobreza (YUNUS, 2008).

O microcrédito baseia-se no empréstimo ou financiamento para um público de baixa renda, que geralmente não tem acesso às linhas de crédito tradicionais. No microcrédito, o empréstimo é concedido a um grupo de indivíduos para a criação ou fomento de atividades geradoras de renda. É o próprio grupo quem garante o pagamento da dívida. Neste sentido, o microcrédito promove a sustentabilidade, por utilizar um modelo de negócios diferenciado que atende às necessidades de crédito de um público que tradicionalmente teria dificuldades de acesso a financiamentos, e por estimular o desenvolvimento sócio-econômico da região em que é empregado (KIEKOW, 2008).

No Brasil, o Banco do Nordeste é um exemplo de sucesso em microcrédito. Seu programa de microcrédito – o Crediamigo - é considerado o maior da América Latina, contabilizando o total de R\$ 1,5 bilhão em empréstimos a microempreendedores, até 2007 (MATAROZZI E TRUNKL, 2008).

2.3.2.4 Fundos Socialmente Responsáveis

Já há alguns anos iniciou-se uma tendência mundial dos investidores procurarem empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicar seus recursos. Tais aplicações, denominadas investimentos socialmente responsáveis (SRI), consideram que empresas sustentáveis geram mais valor para o acionista no longo prazo, por estarem mais preparadas para enfrentar riscos econômicos e socioambientais (RODRIGUES, 2009). Assim, os fundos socialmente responsáveis são os que possuem em suas carteiras somente ações de empresas geridas de acordo com as melhores práticas de governança e sustentabilidade corporativa (FURTADO, 2005).

Em 2001, o Real lançou o Fundo Ethical como opção de investimento em empresas com boas práticas socioambientais comprovadas. O Ethical foi o primeiro fundo socialmente responsável da América latina (MATTAROZZI E TRUNKL, 2008).

Em relação aos índices de sustentabilidade, podemos citar o *Dow Jones Sustainability Index World* (Bolsa de Valores de Nova York), o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE Bovespa, e FTSE4Good (Bolsa de Valores de Londres). Todos estes índices, embora utilizem metodologias diferentes, mantém em suas carteira somente empresas com boas práticas sociais, ambientais e de governança. Esses índices avaliam sua carteira periodicamente, incluindo ou excluindo empresas com base em avaliações de seu desempenho nas dimensões ambiental, social e econômico-financeira (RODRIGUES, 2009).

2.3.2.5 Financiamentos Socioambientais

São linhas de financiamento específicas para projetos de natureza socioambiental. Tais linhas podem oferecer diversos benefícios tais como taxas de juros mais baixas e prazos mais longos para pagamento. A revisão do Protocolo Verde reforça essa proposta de investimento, uma vez que os bancos signatários assumiram o compromisso de financiar projetos ligados à sustentabilidade com taxas e prazos diferenciados (PROTOCOLO VERDE, 2009).

Os financiamentos socioambientais podem ser aplicados nos mais diversos setores, como no crédito imobiliário ou para aquisição de veículos. Assim, empreendimentos que adotam tecnologias como sistema de reutilização de água ou veículos 1.0 ou flex, se financiados com condições diferenciadas podem se tornar mais atraentes e contribuírem não só para o resultado econômico da instituição, mas também para melhorias no meio ambiente. Com a crescente conscientização em relação aos problemas socioambientais, é provável que estes produtos sejam cada vez mais valorizados pelos clientes (MATTAROZZI E TRUNKL, 2008).

2.3.2.6 Mercado de Carbono

Mercado de carbono é o termo popular utilizado para denominar os sistemas de negociação de unidades de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE). Este mercado está alinhado ao Protocolo de Kyoto, firmado em 1997, com o objetivo de estabelecer metas de redução das emissões pelos países considerados mais poluidores. O Protocolo previu mecanismos de mercado que possibilitassem a compensação eventual de metas não cumpridas, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL (MATTAROZZI E TRUNKL, 2008).

Assim, o MDL é um dos instrumentos de flexibilização estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto com o objetivo de facilitar o alcance das metas de redução de emissão definidas para os países que o ratificaram. Resumidamente, a proposta do MDL consiste em que cada tonelada de CO₂ equivalente (tCO₂e) que deixar de ser emitida ou for retirada da atmosfera por um país em desenvolvimento poderá ser negociada no mercado mundial, criando novo atrativo para a redução das emissões globais. Assim, por convenção, uma tonelada de CO₂ corresponde a um crédito de carbono. No Brasil, a Bovespa possui um ambiente eletrônico de negociação desenvolvido para viabilizar, de forma ágil, segura e transparente, o fechamento de negócios com créditos de carbono.

Conforme matéria publicada no Estadão em 29/01/2010, no ano de 2009, o mercado de carbono atingiu 136 bilhões de dólares, sendo ainda pouco explorado no país. Um exemplo de aproveitamento de oportunidade relacionada ao tema é apresentado pelo Bradesco, com a criação, em 2009, da área de Gestão de Crédito de Carbono.

O objetivo é oferecer às empresas mecanismos que possibilitem o planejamento, o financiamento e a execução de projetos redutores de emissão de GEE. O banco lançou uma linha de crédito destinada aos clientes que procuram contratar projetos de redução de emissões de GEE (BRADESCO, 2009).

O estudo “Levantamento de Oportunidades Concretas de Projetos de Baixo Carbono no Brasil” (ICF-FIDES, 2010), divulgado em novembro de 2010 pela Bovespa, concluiu que há um grande potencial para o desenvolvimento de projetos de baixo carbono no país. O Brasil encontra-se pronto para receber recursos destinados à promoção de redução de emissões e ao aumento da eficiência em termos de carbono, auxiliando sua inserção numa economia de baixo carbono.

2.3.2.7 Seguros Ambientais

Segundo Polido (2004), os seguros ambientais são, sem dúvida, um novo segmento, amplo e complexo não explorado na sua totalidade pelo mercado segurador brasileiro nem mundial, sendo mais presente em bancos europeus. São basicamente a cobertura de gastos gerados por atividades poluidoras como, por exemplo, custos judiciais (POLIDO, 2004).

A importância desse tipo de produto é agregar ao ato da contratação, um diagnóstico ambiental que pode apontar fragilidades na empresa segurada, levantando possíveis ações que poderiam ser tomadas imediatamente para mitigação dos riscos. Polido (2004) ainda argumenta que um seguro ambiental não é uma licença para poluir. Ou seja, as empresas seguradoras não estão interessadas em segurar empresas que não cumpram os dispositivos legais.

3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

O presente trabalho tem por objetivo avaliar o estado atual da incorporação do conceito de sustentabilidade nas principais instituições bancárias atuantes no Brasil, caracterizando-se como um estudo descritivo (GIL, 2008). Os dados serão coletados nos sites e relatórios de sustentabilidade (referentes a 2009) das instituições bancárias selecionadas, revelando a natureza documental da pesquisa. Os resultados serão comparados aos observados por Lins, Wajnberg e Moreno (2007), referentes aos anos de 2005 e 2006.

3.1 Caracterização do Setor Bancário Brasileiro

O Banco Central do Brasil (Bacen) apresenta o sistema financeiro brasileiro como sendo constituído por órgãos normativos (Conselho Monetário Nacional, Conselho Nacional de Seguros Privados e Conselho nacional de Previdência Complementar), entidades supervisoras (Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários) e operadores. Dentre os operadores, estão as instituições bancárias. Segundo o Bacen (2010), o setor bancário é composto pelas instituições capazes de participar do processo de criação de moeda na economia.

Apesar do elevado número de instituições bancárias (mais de 130, em dezembro de 2010, segundo o Bacen), o setor bancário é altamente concentrado. Como apresentado na Tabela 1, as quinze maiores instituições bancárias respondem por aproximadamente 89% do ativo total, e 95% do número de agências do setor.

De acordo com a Febraban (2010), o setor emprega diretamente cerca de 580 mil pessoas, além de contar com funcionários terceirizados e fornecedores. Suas mais de 20 mil agências bancárias estão espalhadas por cerca de 1.500 municípios, em todos os estados brasileiros, o que confere uma capilaridade invejável ao setor. Além das agências, a presença dos bancos é ampliada pelos postos de atendimento e correspondentes bancários. Em alguns casos, como o do Bradesco e o da Caixa, são estabelecidos convênios específicos com outras instituições (Correios e Loterias, respectivamente), permitindo a oferta de serviços bancários em muitos

outros pontos adicionais. Estes dados contribuem para reforçar o impacto indireto do setor na atividade econômica regional e nacional.

Tabela 1: Concentração no setor bancário brasileiro – percentual de participação das quinze maiores instituições no sistema financeiro nacional - SFN.

Banco	Ativos totais (R\$ Mil)	Agências
Banco do Brasil	779.303.944	5.087
Itaú Unibanco	720.313.868	3.739
Bradesco	562.601.430	3.605
BNDES	520.854.166	-
Caixa Econômica Federal	401.412.490	2.208
Santander	376.062.156	2.392
HSBC	124.686.081	865
Votorantim	110.741.218	27
Safra	76.297.016	99
Citibank	54.406.014	126
BTG - Pactual	48.624.525	*
Banrisul	32.343.212	435
Deutsche	32.343.212	1
Credit Suisse	24.474.929	*
BNB	23.783.716	183
Total	3.866.892.916	18767
Total SFN	4.385.828.730	19.813
Participação	88,62%	94,72%

Não apurado. Fonte: Relatório Bacen – 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional. Ref. Dezembro/2010

3.2 Amostra

Dada a concentração no setor bancário, foram selecionados os dez maiores bancos atuantes no país, em termos de ativo total. São eles: Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), Santander, HSBC, Votorantim, Safra e Citibank.

Como apresentado na Tabela 2, tais instituições representam aproximadamente 85% do ativo total, 92% das agências e 94% dos funcionários do setor bancário brasileiro.

Para a seleção das instituições, foi utilizado o *ranking* divulgado pelo Banco Central, com data base de dezembro de 2010.

Tabela 2: Representatividade dos bancos selecionados para pesquisa no sistema financeiro nacional.

	Setor Bancário	Amostra da pesquisa	Amostra da pesquisa / Setor bancário (%)
Ativo total (R\$ Mil)	4.385.828.730	3.726.678.383	84,97
Número de agências	19.813	18.148	91,6
Número de funcionários	583.843	547.056	93,70

Fonte: Fonte: Relatório Bacen – 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional. Ref. Dezembro/2010

3.3 Instrumento de Pesquisa

Os sites e relatórios (anuais ou de sustentabilidade) das instituições selecionadas foram analisados, quanto à presença de práticas de sustentabilidade, conforme o roteiro adaptado de Lins, Wajnberg e Moreno (2007), apresentado no Quadro 2.

Seguiu-se a classificação proposta Lins, Wajnberg e Moreno (2007), de forma que as práticas foram agrupadas em dois blocos: gestão e finanças sustentáveis.

Cada prática foi avaliada segundo os critérios correspondentes, detalhados e enumerados no Quadro 2. Tais critérios foram numerados para facilitar sua identificação no decorrer do trabalho.

A pesquisa se limitou ao relato da prática, pelas instituições pesquisadas, em seus documentos públicos e sites. Assim, se determinada prática for citada em relatório ou apresentada em site, será considerada como presente na respectiva instituição. Não foram feitas verificações adicionais.

Ressalta-se que no Brasil, as empresas de capital aberto têm a obrigação legal de publicar suas demonstrações financeiras, necessariamente verificadas por uma auditoria independente. Tal legislação, porém, não exige a publicação dos chamados relatórios anuais, nem de relatórios de sustentabilidade. No entanto, em razão do próprio desenvolvimento de boas práticas, a publicação desses relatórios tem se tornado cada vez mais frequente. Tais relatórios são, consequentemente, também submetidos à auditoria independente (LAURETTI, 2003) .

Prática de sustentabilidade	Critérios de avaliação
	Gestão
Ecoeficiência	1 - Possui programa de ecoeficiência?
Critérios socioambientais na seleção de fornecedores e prestadores de serviços	2 - Utiliza critérios de RSA na seleção de fornecedores e prestadores de serviços?
Divulgação de desempenho socioambiental	3 - Possui site de RSA? 4 - Possui relatório para informações socioambientais? 4.1 - Utiliza diretrizes GRI?
Diversidade na força de trabalho	5 - Divulga informações relacionadas à diversidade?
Mudanças climáticas	6 - Divulga emissões de GEE? 7- Tem meta de neutralidade de carbono?
Segurança da informação	8 - Divulga políticas relacionadas à segurança da informação?
Lavagem de dinheiro	9 - Divulga políticas relacionadas à lavagem de dinheiro?
Finanças sustentáveis	
Avaliação de riscos socioambientais em financiamentos	10- Analisa riscos ambientais na concessão de financiamentos? 11- Divulga indicadores?
Crédito responsável	12 - Divulga alguma prática relacionada? 13 - Apresenta ações de educação financeira?
Microcrédito	14 - Possui programa de microcrédito?
Fundos socialmente responsáveis	15 - Possui fundos socialmente responsáveis?
Financiamentos socioambientais	16 - Possui linhas de financiamento socioambiental?
Mercado de carbono	17 – Participa da comercialização de títulos de crédito de carbono?
Seguros ambientais	18 - Oferece seguros ambientais?

Quadro 2: Roteiro para avaliação de relatórios e sites.

3.4 Procedimentos de Coleta e de Análise de dados

Foram analisadas as informações públicas divulgadas nos relatórios anuais, de sustentabilidade, e *websites* dos bancos selecionados, conforme abaixo:

Banco	Websites	Relatórios
Banco do Brasil	http://www.bb.com.br	Relatório Anual 2009
Bradesco	http://www.bradesco.com.br	Relatório de Sustentabilidade 2009
BNDES	http://www.bnDES.gov.br	Relatório Anual 2009
HSBC	http://www.hsbc.com.br	Relatório de Sustentabilidade 2009
Itaú Unibanco	http://www.itau.com.br	Relatório de Sustentabilidade 2009
Santander	http://www.santander.com.br	Relatório de Sustentabilidade 2009
Caixa Econômica Federal	http://www.cef.gov.br	Relatório de Sustentabilidade 2009
Votorantim	http://www.bancovotorantim.com.br	Relatório Anual 2009
Safra	http://www.safra.com.br	Balanço Consolidado Dez/2009
Citibank	http://www.citibank.com.br	Relatório de Sustentabilidade 2008/2009

Quadro 3: Relação de sites e relatórios analisados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreensão, os resultados serão apresentados e discutidos em blocos, seguindo a classificação didática das práticas de sustentabilidade proposta por Lins, Wajnberg e Moreno (2007), citada anteriormente. Assim, o primeiro bloco tratará das práticas de gestão, o segundo das práticas de finanças sustentáveis, e o terceiro fechará esta seção com o agrupamento de todas as práticas para elaboração de um painel atual da sustentabilidade no setor bancário, que será comparado com os resultados apresentados por Lins, Wajnberg e Moreno (2007) baseados em dados de 2005 e 2006.

4.1 Práticas de Gestão

A Tabela 3 e o Quadro 4 apresentam a distribuição das práticas de sustentabilidade em gestão nas instituições bancárias pesquisadas.

Tabela 3: Presença de práticas de sustentabilidade em gestão nas dez maiores instituições bancárias atuantes no Brasil.

Prática de Gestão	Bancos
1-Possui programa de ecoeficiência?	80%
2-Utiliza critérios de RSA na seleção de fornecedores e prestadores de serviços?	80%
3-Possui site de RSA?	70%
4-Possui relatório para informações socioambientais?	90%
4.1-Utiliza diretrizes GRI?	60%
5-Divulga informações relacionadas à diversidade?	80%
6-Divulga emissões de GEE?	70%
7-Tem meta de neutralidade de carbono?	10%
8-Divulga políticas relacionadas à segurança da informação?	80%
9-Divulga políticas relacionadas à lavagem de dinheiro?	70%

Banco / Prática	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Banco do Brasil	s	s	s	s	s	s	n	s	s
Itaú Unibanco	s	s	s	s	s	s	n	s	s
Bradesco	s	s	s	s	s	s	n	s	s
BNDES	s	s	n	s	n	n	n	n	n
CEF	s	s	n	s	s	s	n	s	s
Santander	s	s	s	s	s	s	n	s	s
HSBC	s	s	s	s	s	s	s	s	s
Votorantim	n	n	s	s	s	n	n	s	n
Safra	n	n	n	n	n	n	n	n	n
Citibank	s	s	s	s	s	s	n	s	s

Quadro 4: Práticas de sustentabilidade em gestão, em instituições bancárias atuantes no Brasil.

Como se observa na Tabelas 3 e no Quadro 4, de uma maneira geral, as práticas de gestão em sustentabilidade estão bem distribuídas na instituições pesquisadas e aparentemente consolidadas no setor bancário brasileiro. Na Tabela 3, verifica-se que, com exceção do estabelecimento de meta de neutralidade de carbono (prática 7), todas as outras práticas são relatadas por pelo menos 70% das instituições.

A neutralidade de carbono e o levantamento das emissões de gases de efeito estufa são práticas de sustentabilidade associadas a mudanças climáticas. Relacionam-se à contribuição direta da instituição para aumento do efeito estufa, e à sua determinação em reduzir ou compensar tal contribuição.

Possivelmente, o baixo percentual observado para neutralidade de carbono se deve em parte por tratar-se de um processo de ações sequenciais que envolve primeiramente um diagnóstico da situação atual, mediante o levantamento das emissões. Este não é um cálculo fácil, por envolver estimativas diversas que vão desde utilização geradores, frotas de veículos até deslocamentos aéreos. Para se ter uma ideia, a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, que realiza estimativas de emissão de gases poluentes há mais de dez anos, sugere em sua metodologia simplificada, que se considere a quantidade de combustível utilizado, seu teor carbônico e as emissões correspondentes de CO₂, e ainda, que sejam utilizados dois métodos para uma

estimativa de mais qualidade (ÁLVARES JR E LINKE, 2001). O grande número de funcionários e agências (segundo a Febraban, mais de 500 mil funcionários, distribuídos em aproximadamente 20 mil agências, em 2010), torna este processo ainda mais desafiador. De qualquer forma, o levantamento de emissões (prática 6) já está sendo efetuado em algum grau por 70% das instituições que compõem a amostra da pesquisa. Apenas os bancos BNDES, Votorantim e Safra não relatam iniciativas neste sentido.

Destaca-se o HSBC, que desde 2005 é carbono neutro, ou seja, compensa as emissões de gases de efeito estufa gerados por suas operações.

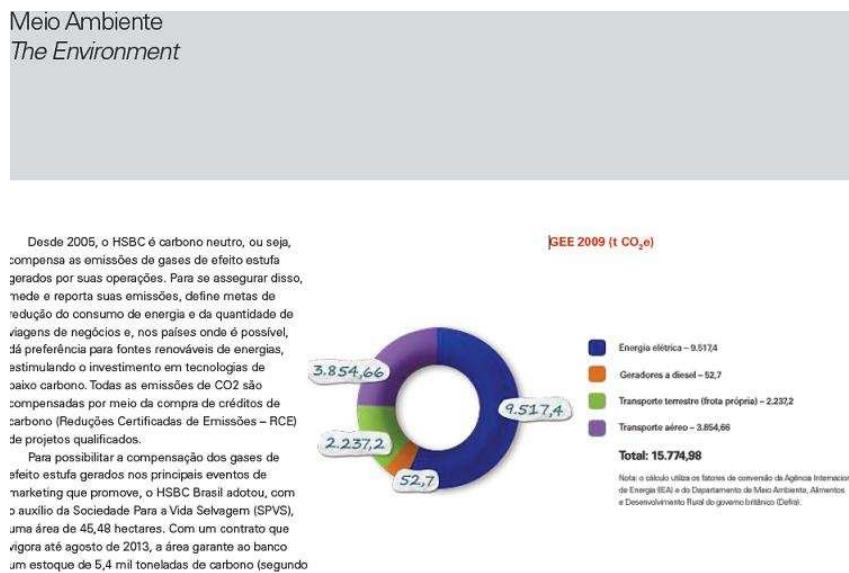


Figura 1: Neutralidade de carbono, apresentada pelo HSBC em seu relatório de Sustentabilidade 2009.

Conforme declara em seu relatório de sustentabilidade, o banco mensura e reporta suas emissões, e define metas de redução. As emissões de CO₂ são compensadas por meio da compra de créditos de carbono. Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Santander declararam em seus relatórios a intenção de fixar metas de neutralidade de carbono.

Conforme apresentado na Tabela 3, a prática mais frequentemente observada é a divulgação de relatório de RSA (prática 4), verificada em 90% das instituições. O

relatório de sustentabilidade é a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações. A divulgação de informações relacionadas é extremamente importante por tornar públicas e de fácil acesso (os documentos estão divulgados nos sites) o desempenho das instituições. É a divulgação que possibilita seu monitoramento pelas partes interessadas e por toda a sociedade.

Nos bancos pesquisados, há grande variabilidade na divulgação do desempenho socioambiental. As informações podem ser encontradas em relatórios específicos ou no relatório anual, não há um formato único e existe uma grande variação na utilização de indicadores e métricas. Enquanto algumas instituições relatam uma série de indicadores de desempenho socioambiental (Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, Santander, HSBC e Citibank), outras apresentam apenas uma explicação mais qualitativa sobre ações e negócios envolvendo responsabilidade socioambiental (como a CEF). O banco Safra simplesmente não menciona o assunto.

Neste sentido, destacam-se as diretrizes da *Global Reporting Initiative* - GRI. Esta iniciativa não-governamental, e sem fins lucrativos, propõe a utilização de parâmetros específicos de desempenho socioambiental, de forma a tornar os relatórios de sustentabilidade mais relevantes, robustos e comparáveis. O modelo de relatório da GRI é atualmente o mais completo e mundialmente difundido (WAJNBERG, 2007). Entre os bancos analisados, seis utilizam as diretrizes GRI (prática 4.1) na elaboração de seus relatórios. São eles: Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Santander, HSBC e Citibank. O relatório de sustentabilidade 2008 do Banco do Brasil recebeu o prêmio *GRI Readers Choice Awards* 2010; e o Bradesco ganhou o prêmio GRI de relatório mais eficaz, no mesmo ano (FRANÇA, 2010).

As Figuras 2 e 3 ilustram a variabilidade encontrada nos relatos de desempenho socioambiental. Para efeito de comparação, foram escolhidos exemplos de informações sobre o mesmo tema - ecoeficiência - em duas das instituições pesquisadas – Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Observa-se que, enquanto o Banco do Brasil adota o modelo GRI (destacando indicadores ao longo do texto) e apresenta os números relacionados (Figura 2), o relato da Caixa Econômica Federal é basicamente descritivo (Figura 3).

Cabe destacar que a divulgação de informações relativas ao desempenho socioambiental também é um aspecto de muita importância para o mercado, e está entre os requisitos necessários para ingresso tanto no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa quanto no *Dow Jones Sustainability Index* da Bolsa de Nova York (WAJNBERG, 2007).

Ecoeficiência

[GRI](#) | [EC2](#) | [FS5](#)

As preocupações do BB com a ecoeficiência iniciaram-se ainda na década de 1990, na busca pela eficiência energética, com a troca de equipamentos, do sistema de iluminação e de condicionadores de ar de suas unidades.

A partir de 2006 novas "ações ecoeficientes" foram desenvolvidas, como a redução no consumo de água, papel, toner e no número de viagens aéreas. Troca de torneiras; revitalização do parque de impressoras e implantação da sistemática de impressão frente e verso; recondicionamento e reutilização das carcaças de cartuchos de toner; aquisição de equipamentos de tele e vídeo conferências; implantação do descarte seletivo de resíduos e parceria com cooperativas de catadores são algumas das práticas desenvolvidas pelo BB em prol da ecoeficiência.

[GRI](#) | [EN18](#)

O consumo de água no BB restringe-se ao atendimento às necessidades básicas dos funcionários, de limpeza das instalações e de refrigeração dos ambientes. Em 2009 o consumo de água nos edifícios sede do BB e no CBBB, localizados em Brasília, 100% fornecida por empresas de abastecimento, foi de 202,9 mil m³. A companhia Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é a primeira empresa pertencente ao conglomerado Banco do Brasil a captar e reutilizar a água das chuvas no prédio da sua sede, localizado na cidade de São Paulo.

[GRI](#) | [EN1](#) | [EN8](#)

O Banco faz o controle sistematizado de seus gastos com energia em todas as dependências. Na sua maioria, opta por fontes renováveis, fornecidas por empresas concessionárias. Os geradores, que não fornecem energia renovável, representam parcela ínfima no consumo total do Banco.

[GRI](#) | [EN7](#)

Por meio do Programa de Racionalização de Impressão – PRONARI, o Banco do Brasil reduziu em 3,81% a utilização de papel A4 no período de 2007 a 2008. Em 2009, foram 3.437 toneladas de papel A4, o que representa um aumento no consumo. Este aumento não é significativo, considerando a expansão da rede de atendimento (555 novas agências) e a incorporação de empresas pelo conglomerado. Todo o papel utilizado pelo Banco é certificado pela FSC ou pela Cerflor e 18,6% (1,5 mil t) provém de reciclagem.

[GRI](#) | [EN1](#) | [EN2](#)

Consumo de Recursos Naturais		GRI EN1 EN4 EN8	
	2007	2008	2009 ¹
Papel A4(ton)	3.547	3.412	3.437
Água (mil m ³)	131,0	119,3	202,9 ²
Energia (Gwh)	665,4 (2.395.440,00 GJ)	684,0 (2.462.526,00 GJ)	718,93 (2.588.158,85 GJ)

(¹) Expansão da rede de agências (555 a mais que em 2008) e incorporação de empresas contribuiu para o aumento no consumo.

(²) Em 2009, o BB passou a considerar no cálculo de consumo de água, além dos edifícios sede (I, II e III), mais dois edifícios: Sede IV e Ed. Tancredo Neves, ambos localizados em Brasília (DF).

Figura 2: Relato de desempenho ambiental do Banco do Brasil, com apresentação de indicadores GRI, retirado de seu Relatório Anual 2009.

CAIXA
Relatório de Sustentabilidade
2009

Apresentação Indicadores Perfil Governança e Gestão Público Interno Público Externo Desempenho Ambiental Desempenho Econômico-Financeiro

13 / 21 páginas

Uso racional
Como o Programa de Racionalização do Consumo e dos Gastos de Energia Elétrica em seus edifícios administrativos, a CAIXA tem alcançado resultados significativos, valendo-se de atitudes simples adotadas pelos colaboradores, como manter acesas as lâmpadas dos prédios somente até as 20 horas, desligar microcomputadores ao final do expediente, desativar o sistema de climatização 30 minutos antes do início do "horário de ponta" (em geral, no início da noite, período em que acontece o pico de solicitação simultânea por eletricidade em todo o país).

Eficiência energética
Tanto em suas unidades como em empreendimentos por ela financiados, a CAIXA trabalha em favor da eficiência energética. Seu intuito é contribuir para a preservação dos recursos naturais, por meio da redução em escala do consumo hacional de energia, de modo a gerar vantagens à própria empresa, na forma de menores custos operacionais e, principalmente, às famílias beneficiárias dos programas habitacionais, com economia significativa nas contas de luz.

O esforço em prol da eficiência energética é efetivado por parcerias com o Ministério das Minas e Energia, a Eletrobras, as concessionárias Banderilantes/SP, Neoenergia (Coelba/BA, Cosem/RN e Celpe/PE), Celesc/SC e a Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ).

iniciado em 2009, esse trabalho tem como público-alvo as construtoras, os governos municipais e estaduais e as entidades organizadoras, além da própria comunidade CAIXA, de construtoras, governos municipais e estaduais e as entidades organizadoras. Os principais resultados do ano foram:



Home | Fechar

Figura 3: Relato de desempenho ambiental da Caixa Econômica Federal, retirado de seu Relatório de Sustentabilidade 2009.

Conforme apresentado na Tabela 3, foi verificado que 70% das instituições possuem em seu portal na internet um site específico para assuntos relacionados à sustentabilidade (prática 3). Geralmente é nesta área em que os relatórios são divulgados. Nestes sites estão consolidadas as diretrizes da instituição, em termos de sustentabilidade, e há sub-áreas específicas para assuntos referentes aos diversos grupos de relacionamento, como fornecedores, clientes, funcionários e comunidades.

No caso de funcionários, geralmente são divulgadas as políticas de equidade de gênero e qualidade de vida no trabalho. As informações sobre diversidade do corpo funcional, verificada em 80% das instituições pesquisadas, são normalmente encontradas apenas nos relatórios. As informações de gênero e faixa etária estão

presentes em todos os relatórios, o mesmo não acontece em relação à etnia e portadores de deficiência.

Esta é uma situação que deverá ser alterada por iniciativa da Febraban, que convocou seus associados para a realização do Censo de Diversidade, em 2008. O levantamento contou com a participação de 17 bancos e mais de 200 mil funcionários de todo o setor bancário (FEBRABAN, 2009). Tal censo foi o primeiro passo do Programa de Valorização da Diversidade, cujo objetivo é promover a igualdade de oportunidades de trabalho para todas as pessoas, independentemente de raça ou cor, gênero ou orientação sexual, idade e eventual deficiência. Os próximos passos são a realização de ações afirmativas para posicionar positivamente os bancos em um tema tão sensível à cidadania.

Um exemplo de como as instituições tratam o tema, é a inclusão da diversidade no documento *Essências da Sustentabilidade do Itaú*. Tal documento reúne o que o banco considera ser seus principais desafios de gestão, e sobre os quais estão concentrados os maiores esforços na busca por uma atuação sustentável. O Itaú define em seu Relatório Anual de Sustentabilidade de 2010:

Diversidade significa construir relações de qualidade com pessoas de diferentes formações, raças, opiniões e culturas, sem discriminação, compreendendo as suas diferenças e promovendo a inclusão.

Segundo a Febraban (2009), entre os principais desafios já identificados está a inclusão de pessoas com deficiência. Os dados do censo demográfico de 2000, do IBGE, apontam que existem no país cerca de 24,5 milhões de pessoas ou 14,5% da população com algum tipo de deficiência. Destes, 60% são analfabetos e cerca de 80% têm menos de oito anos de estudo.

Em resposta a tal situação, foi criado o Programa de Capacitação Profissional e Inclusão de Pessoas com Deficiência no Setor Bancário. Trata-se de uma ação afirmativa da Febraban que tem como objetivo garantir a oferta de profissionais qualificados para o setor bancário (FEBRABAN, 2009).

As práticas de ecoeficiência (prática 1), utilização de critérios socioambientais na seleção de fornecedores (prática 2) e segurança da informação (prática 8) também

foram verificadas em 80% das instituições pesquisadas, conforme apresentado no Tabela 3.

Em relação à ecoeficiência, as práticas relatadas vão desde a troca de equipamentos, iluminação e de condicionadores de ar, até o monitoramento e redução do consumo de água, papel, tonner e do número de viagens aéreas. Troca de torneiras, modernização de impressoras, implantação da sistemática de impressão frente e verso, recondicionamento e reutilização de cartuchos de tonner, aquisição de equipamentos de tele e vídeo conferências e implantação do descarte e coleta seletiva de resíduos (em muitos casos, em parceria com cooperativas de catadores) são as principais ações implantadas.

Especificamente em relação ao consumo de papel, o grande insumo do setor, destacam-se a utilização de papel certificado pelo *Forest Stewardship Council* (FSC). Esta é a alternativa adotada pelo Banco do Brasil, Bradesco, Itaú, HSBC, e Santander.

Também se observam práticas para a redução do uso de papel no relacionamento com o cliente. Por exemplo, o HSBC oferece um kit eletrônico de boas-vindas, em pen-drive, para novos clientes pessoa jurídica, em substituição a um pacote de publicações; e o Itaú possui um Contador de Sustentabilidade que informa ao cliente a quantidade de folhas de papel poupança e a quantidade de carbono (CO2) que deixou de ser emitida, a cada assinatura digital de contrato de câmbio. O banco pretende ampliar a assinatura digital de contratos para outros serviços, de forma que o contador passe a ser um instrumento cada vez mais utilizado.

A ecoeficiência está baseada na ideia de que a redução de materiais e energia por unidade de produto ou serviço aumenta a competitividade da empresa, e ao mesmo tempo reduz as pressões sobre o meio ambiente, seja como fonte de recurso, seja como depósito de resíduos (RIBEIRO, SOUZA E CAMPOS, 2010). Em termos de sustentabilidade, é uma alternativa para as instituições que operam sob fortes pressões, potencialmente conflitantes, como o aumento de resultados e a redução do impacto provocado por suas atividades. E que, como verificado neste trabalho, foi adotada pela maioria das instituições analisadas.

De uma maneira geral, a seleção de fornecedores pelos bancos considera em seu processo de avaliação, o comprometimento do candidato com a sustentabilidade. Esta prática, observada em 80% da amostra, conforme a Tabela 3, geralmente se restringe ao momento da contratação. Destaca-se o Bradesco, em que há um monitoramento do fornecedor durante toda a vigência do contrato.

O Bradesco mantém em seu site de sustentabilidade, uma área para fornecedores em que apresenta o Programa de Engajamento de Fornecedores. Trata-se de um trabalho contínuo para conscientização e desenvolvimento de seus fornecedores. São realizadas auditorias internas e externas, entrevistas e visitas de monitoramento nas empresas fornecedoras. Os fornecedores abrangidos são classificados conforme seu perfil (tipo de atividade) e seu grau de criticidade, ou seja, de risco social (trabalhista, saúde ocupacional e segurança). Os resultados obtidos são utilizados, por exemplo, para o desenvolvimento de políticas de treinamento, cujo cumprimento é acompanhado pelo banco.

O alto percentual observado na utilização de critérios socioambientais na seleção de fornecedores, por parte dos bancos analisados, é um dado muito relevante devido ao grande número de fornecedores com que essas instituições se relacionam. Segundo a Febraban (2008), a grande maioria dos fornecedores do setor bancário é composta por micro, pequenas e médias empresas. Sem dúvida, tais exigências contribuem positivamente para seu desenvolvimento.

Em relação às políticas de segurança da informação, além de proteger o usuário, o banco está também se protegendo, por ser o assunto objeto de lei. Segundo Silva (2008, citado por FRANCO 2010), o sigilo bancário consiste no “no comportamento ético que se exige das instituições financeiras no tocante à preservação, perante terceiros, dos dados que disponham acerca de seus clientes”.

Para Franco (2010), tal sigilo, na ótica do Direito Bancário, ultrapassa a questão do dever para fundamentar-se na própria relação de confiança entre as partes obrigatoriamente necessária na relação entre o banco e seus clientes. Conforme apresentado na Tabela 3, a divulgação de políticas de segurança da informação, em algum grau, foi verificada em 80% das instituições pesquisadas. A Figura 4 ilustra o tipo de divulgação encontrada.

Como apresentado na Tabela 3, foram observadas informações sobre políticas relacionadas à lavagem de dinheiro em 70% dos bancos analisados. A lavagem de dinheiro é um crime previsto na lei 9.613/98, que também estabelece medidas administrativas de prevenção e combate, a serem cumpridas pelos participantes do sistema financeiro nacional, inclusive bancos (ELIAS, 2005).



Figura 4: Divulgação de política de segurança da informação no site do banco Itaú.

De uma maneira geral, os bancos analisados declaram prevenir práticas de lavagem de dinheiro na realização de seus negócios no Brasil e no exterior, em conformidade com a legislação vigente em cada país de atuação. Também são citados o desenvolvimento de sistemas automatizados para monitoramento de transações, de acordo com parâmetros estabelecidos legalmente, e programas específicos de treinamento de seus funcionários.

É por meio da lavagem de dinheiro que os recursos originados de corrupção, terrorismo, tráfico de drogas e de armas, entram na economia formal como se fossem lícitos. Ao possibilitar sua incorporação, a lavagem de dinheiro fortalece tais atividades. Por outro lado, cortar o fluxo financeiro de organizações criminosas é

uma forma eficaz de combater a criminalidade (ELIAS, 2005). Daí a importância do combate e prevenção à lavagem de dinheiro.

No Brasil, devido às frequentes denúncias de corrupção nas diversas esferas da sociedade, a lavagem de dinheiro é uma questão de relevância considerável, e como visto, tem sido preocupação da maioria das instituições pesquisadas. Somente o BNDES, o Safra e o Votorantim não fazem referência ao tema.

Conforme apresentado no Quadro 4, as práticas de sustentabilidade em gestão estão presentes em todos os grandes bancos de varejo. Os bancos BNDES, Votorantim e especialmente o Safra apresentam menos da metade das práticas elencadas. O banco Safra não apresentou uma prática sequer. Os grandes bancos de varejo atuam sob os olhares atentos da enorme quantidade de seus clientes e estão expostos na mídia diariamente. Já os bancos de atuação mais restrita, em que o contato com o cliente é supostamente menor, aparentemente não dão o mesmo valor às práticas de sustentabilidade elencadas ou à sua divulgação.

4.2 Práticas de Finanças Sustentáveis

A Tabela 4 e o Quadro 5 apresentam a presença das práticas de finanças sustentáveis nos bancos pesquisados. Tabela 4 apresenta o percentual de bancos em que foram verificadas as práticas (numeradas e descritas na mesma tabela), enquanto o Quadro 5 apresenta o reporte das mesmas práticas, detalhado por instituição bancária.

Conforme apresentado na Tabela 4 e no Quadro 5, as práticas de finanças sustentáveis estão bem distribuídas nas instituições analisadas. A prática mais frequentemente observada é a disponibilização de fundos de investimento socialmente responsáveis (prática 14), relatada por 89% das instituições pesquisadas. Neste critério, o BNDES não foi considerado, uma vez que não está no escopo de atividade do banco, a oferta de fundos. O BNDES administra o Fundo Amazônia e o BNDES Mata Atlântica, que financiam ações voltadas à preservação desses importantes biomas - não é o que está sendo avaliado neste critério. Aqui, será considerada a oferta de fundos cuja carteira seja composta por empresas consideradas socioambientalmente responsáveis.

Tabela 4: Práticas de finanças sustentáveis nas dez maiores instituições bancárias atuantes no Brasil.

Prática de Gestão	Bancos
10- Analisa riscos ambientais na concessão de financiamentos?	80%
10.1 - Divulga indicadores?	80%
11 - Divulga alguma prática relacionada a crédito responsável?	80%
12 - Apresenta ações de educação financeira?	60%
13 - Possui programa de microcrédito?	50%
14 - Possui fundos socialmente responsáveis?	89*%
15 - Possui linhas de financiamento socioambiental?	70%
16 – Participa de comercialização de títulos de crédito de carbono?	50%
17 - Oferece seguros ambientais?	11*%

*BNDES não considerado

Banco / Prática	10	11	12	13	14	15	16	17
Banco do Brasil	s	s	s	s	s	s	s	n
Itaú Unibanco	s	s	s	s	s	s	s	s
Bradesco	s	s	s	n	s	s	s	n
BNDES	s	s	n	s	*	s	n	*
CEF	s	s	n	n	s	s	n	n
Santander	s	s	s	s	s	s	s	n
HSBC	s	s	s	n	s	s	s	n
Votorantim	n	n	n	n	n	n	n	n
Safra	n	n	n	n	s	n	n	n
Citibank	s	s	s	s	s	n	n	n

Quadro 5: Práticas de finanças sustentáveis em instituições bancárias atuantes no Brasil.

* Não fazem parte do escopo de atuação do BNDES.

Conforme verificado nos sites e relatórios, as instituições pesquisadas possuem uma variedade de fundos dessa natureza em seus portfólios. Por exemplo, o Bradesco disponibiliza os fundos Bradesco FIC FIA Planeta Sustentável, Bradesco Prime FIC FIA – ISE, Bradesco FIC FIA Governança Corporativa e Bradesco Prime FIC FIA

Governança Corporativa; o HSBC oferece os fundos ISE, HGIF e DI Solidariedade; o Itaú oferece os fundos Itaú de Excelência Social, Fundo Governança Corporativa, Fundo Ecomudança, Fundo Unibanco de Sustentabilidade e Fundo Itaú Índice de Carbono; e o Banco do Brasil oferece os fundos BB Referenciado DI Social 200, BB Ações ISE, FIP Brasil de Governança Corporativa, Brasil Sustentabilidade FIP, entre outros. Do Citibank, foi considerado o CDB Verde, que apoia um projeto das ONGs Conservação Internacional e Associação Mico Leão Dourado para a criação de corredores de integração de áreas remanescentes de mata atlântica

A criação de investimentos com características de responsabilidade socioambiental é uma resposta a uma tendência mundial de investidores que procuram empresas rentáveis e comprometidas valores sociais e ambientais para aplicar seus recursos (MATAROZZI E TRUNKL, 2008). Essa demanda já foi percebida e é amplamente atendida pelo setor bancário brasileiro, conforme apresentado na Tabela 6. Dos bancos analisados, somente o Votorantim não disponibiliza a seus clientes este tipo de investimento.

Verifica-se na Tabela 4, as práticas de avaliação de riscos socioambientais na análise de propostas de financiamento (prática 10), bem como os indicadores utilizados (prática 10.1) e de oferta de crédito responsável (prática 11) foram relatadas por 80% das instituições pesquisadas.

A análise de riscos socioambientais na concessão de crédito é uma premissa dos Princípios do Equador. Os Princípios estabelecem diretrizes para utilização de critérios sociais e ambientais, que devem ser seguidas pelas instituições financeiras signatárias, no financiamento de projetos a partir de US\$ 10 milhões (MATAROZZI E TRUNKL, 2008). Entre os bancos analisados, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander, HSBC e Citibank são signatários dos Princípios do Equador, e assim têm compromisso público com a utilização de tais critérios.

Entretanto, a análise dos relatórios demonstrou que alguns bancos amostrados utilizam patamares inferiores aos definidos pelos PE, ampliado a faixa de financiamentos sujeitos a tal análise. O Itaú e o Banco do Brasil, por exemplo, aplicam critérios socioambientais na avaliação de financiamentos a partir de R\$ 5

milhões, e o Santander declara analisar questões sociais e ambientais de clientes com limite de crédito igual ou superior a R\$ 1 milhão.

Este é um grande avanço, pois na prática, o cumprimento dos Princípios do Equador impacta o financiamento de grandes projetos, mas não evita que empresas ou projetos considerados irresponsáveis do ponto de vista socioambiental (que utilizem trabalho infantil ou incentivem o desmatamento em áreas protegidas, por exemplo) tomem crédito bancário, desde que em valores inferiores ao piso estabelecido. E embora os bancos avaliados declarem não financiar empresas com problemas jurídicos dessa natureza, independente de valor, a estrutura deficiente dos órgãos de fiscalização, possivelmente permite que empresas com comportamentos reprováveis se apresentem como idôneas.

Além dos Princípios do Equador, há o Protocolo Verde - uma carta de intenções para promoção do desenvolvimento sustentável, que também estabelece critérios ambientais na concessão de crédito (PEREIRA, 2010). Conforme apresentado no Quadro 6, com exceção do Votorantim, todos os bancos pesquisados são signatários do Protocolo Verde.

A Febraban (2009) noticia que assinou o Protocolo Verde, numa demonstração de que o movimento de sustentabilidade está em franca expansão no setor financeiro brasileiro. A instituição construiu (com a participação do Banco do Brasil, BNB, Fibra, Indusval, Safra, Tribanco, Votorantim, Caixa Econômica Federal, Citibank, Santander, HSBC, Itaú Unibanco e Rabobank) uma Matriz de Indicadores do Protocolo Verde, apresentada como o primeiro passo para a implementação de uma agenda comum de sustentabilidade. A ideia é fazer um diagnóstico da situação atual, que servirá de base para a elaboração de um plano de ação para todo o setor bancário.

O Quadro 6 mostra o comprometimento dos bancos pesquisados com o Protocolo Verde e com os Princípios do Equador. A adesão maciça a tais pactos, que se reflete na utilização de critérios socioambientais na concessão de financiamento, pode ser uma estratégia de posicionamento institucional.

Pereira (2010), ao analisar o nível de adesão às diretrizes do Protocolo Verde nas maiores instituições financeiras atuantes no país, concluiu que ainda há um

descompasso entre discurso e prática. A adesão certamente é um sinal positivo, porém os compromissos assumidos precisam ser efetivamente incorporados às práticas do negócio. Os levantamentos efetuados neste trabalho não permitem inferências neste sentido.

Banco	Princípios do Equador	Protocolo Verde
Banco do Brasil	s	s
Itaú Unibanco	s	s
Bradesco	s	s
BNDES	n	s
CEF	s	s
Santander	s	s
HSBC	s	s
Votorantim	n	n
Safra	n	s
Citibank	s	s

Quadro 6: Adesão das instituições bancárias participantes da pesquisa aos Princípios do Equador e ao Protocolo Verde. Fonte: Sites e Relatórios Anuais – 2009.

A análise de critérios socioambientais na concessão de crédito, pelo setor bancário, não é reflexo apenas de uma preocupação com a sustentabilidade do planeta, mas também de apreensão em relação ao futuro de próprio negócio (MATAROZZI E TRNKL, 2008). Ao financiar empreendimentos que possam gerar impactos socioambientais negativos, os bancos estão se expondo a um risco de imagem (por associação da marca); a um risco legal (por uma possível corresponsabilização por danos), e a um risco de inadimplência, já que eventuais multas ou sanções influenciam a capacidade do cliente em honrar os compromissos assumidos junto ao banco (*Carbon Disclosure Project* 2006) .

Um exemplo é o caso dos frigoríficos que compravam gado criado em áreas de desmatamento na Amazônia, noticiado no site do Globo. Após a prática ter sido denunciada pelo Greenpeace, em junho de 2009, grandes redes varejistas suspenderam a compra dos produtos dessas empresas, o que resultou em

dificuldades financeiras para as mesmas, certamente elevando o risco de inadimplência de seus financiadores. (LEITÃO, 2009)

A inclusão de critérios socioambientais na concessão de crédito é a ação de maior efetividade de uma instituição bancária no sentido de promover o desenvolvimento sustentável. É uma via de mão dupla, uma vez que toda empresa precisa de financiamento ou de capital de giro, e que as instituições bancárias têm nos empréstimos sua razão de ser. Como detentores de recursos, os bancos podem desenvolver um papel estratégico de indutor de práticas de sustentabilidade em seus clientes e potenciais tomadores. Conforme apresentado na Tabela 4, o setor bancário brasileiro parece já ter compreendido este papel, uma vez que das instituições analisadas, somente o Safra e o Votorantim não relataram utilização de critérios socioambientais em suas decisões de concessão de crédito.

Como se verifica na Tabela 4, a oferta de microcrédito (pratica 13) foi relatada por 50% das instituições amostradas e se identificou em alguns casos, com o crédito responsável (prática 11), citado por 80%. Considerou-se sempre a declaração no relatório ou site, independente do enquadramento no conceito estabelecido no referencial teórico para microcrédito (concessão de crédito para o financiamento de pequenos empreendimentos, com metodologia própria, que se utiliza de garantia solidária e de prazos curtos de financiamento) e crédito responsável (empréstimo de valores apropriados, a taxas razoáveis, em prazos adequados, e na medida do possível, com aconselhamento financeiro do cliente, considerando sua capacidade de pagamento e seus objetivos). Assim, a separação entre as práticas ficou confusa, em função de nem todos os bancos explicitarem os conceitos utilizados.

O Itaú por exemplo, apresenta o microcrédito como uma opção para correntistas com menor nível de renda. O crédito é obtido nas agências, na forma de um empréstimo pessoal parcelado, limitado a um valor de R\$ 1 mil, com taxa de juros reduzida, adequada à capacidade de pagamento do tomador, sem fazer referência às garantias. Já o Santander declara que o microcrédito (sem conceituar) registrou em 2009 seu melhor desempenho, desde sua criação, no Banco Real, em 2002. Foram liberados mais de 150 mil créditos, que totalizaram financiamentos da ordem de R\$ 227 milhões para uma carteira de aproximadamente 85 mil clientes.

Cabe destacar a política de DRS – desenvolvimento regional sustentável, do Banco do Brasil, o exemplo de microcrédito mais profundamente detalhado nos relatórios analisados. Segundo declara o banco em seu relatório anual de 2009, trata-se de

uma estratégia negocial de atuação corporativa que objetiva promover o desenvolvimento sustentável das diversas regiões brasileiras, considerando as potencialidades, vocações e características locais, além de respeitada a diversidade cultural. A Estratégia DRS busca, por meio da adoção de práticas economicamente viáveis, ambientalmente corretas e socialmente justas, aperfeiçoar economias locais, gerar trabalho e garantir renda de forma sustentável, inclusiva e participativa.

Ainda segundo o banco, a estratégia DRS se apresenta como uma revolução silenciosa, que contribui para redução da pobreza e promoção do desenvolvimento de forma sólida e sustentável. Ao final de 2009, os resultados apontavam 4,4 mil planos de negócios em implementação, beneficiando 1,09 milhão de pessoas em 4,6 mil municípios brasileiros, num total de R\$ 5,2 bilhões em créditos programados para investimento e custeio.

O microcrédito tem foco no financiamento de microempreendedores de baixa renda, que geralmente não têm acesso aos serviços oferecidos pelas instituições bancárias, mas cujo crédito é extremamente importante para alavancagem de seus negócios. Assim, é uma política de sustentabilidade desejável por fomentar atividades geradoras de renda e é também, como mostram os números do Banco do Brasil, uma grande oportunidade de negócio. Parte dos bancos pesquisados, que ainda não oferecem microcrédito, já declaram a intenção de fazê-lo - é o caso do HSBC e do Bradesco.

Em relação à educação financeira (prática 12), 60% das instituições apresentam alguma prática relacionada, conforme Tabela 4. De uma maneira geral, há cursos e dicas nos sites, enquanto projetos e iniciativas são apresentados mais profundamente nos relatórios. Esta é uma prática importantíssima, dado o atual momento de ascensão econômica das classes de baixa renda e do potencial de bancarização da população.

Com a estabilização da moeda, o crescimento da economia e a geração de empregos, o nível de renda da população tem aumentado, num movimento que naturalmente leva à bancarização. O potencial é alto, uma vez que uma parcela

significativa da população brasileira permanece ainda à margem do sistema bancário. Um levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada divulgado pelo Estadão em janeiro de 2011, aponta que 39,5% dos brasileiros não possuem conta em banco (LIMA, 2011). Assim, prevê-se a inclusão financeira de milhares de cidadãos brasileiros.

Daí a necessidade de especial atenção à educação financeira, de forma que sejam esclarecidos e compreendidos conceitos básicos de finanças pessoais (receitas, despesas, poupança e planejamento), de relacionamento bancário (direitos, obrigações, e funcionamento de produtos e serviços) e de uso de crédito. O Bradesco cita em seu relatório:

Quando usado de forma correta, o crédito viabiliza a geração de riqueza e favorece o desenvolvimento da economia. Nesse sentido, a educação financeira dos clientes e dos colaboradores constitui uma importante premissa para a sustentabilidade de nossa cadeia de negócios, pois permite o planejamento adequado do uso do crédito.

Nos sites dos bancos amostrados, é possível encontrar uma série de cursos *online*, que cobrem conteúdos de finanças pessoais, uso do crédito, direito do consumidor, e apresentação de produtos como conta corrente e cartão de crédito. As Figuras 5, 6 e 7 ilustram iniciativas de educação financeira do bancos Itaú, Bradesco e Banco do Brasil.

A screenshot of the Itaú website. At the top, there's a navigation bar with the Itaú logo, a '30 horas' button, and various links like 'Agência', 'Conta', and 'OK'. The main content area has a dark background with a chalkboard theme. On the left, there's a sidebar with a list of topics: 'Uso Consciente do Dinheiro', 'Orçamento Familiar', 'Saindo do vermelho', 'A hora de investir', 'Falando de dinheiro com seus filhos', 'Crédito', 'Pessoa Jurídica', 'Conta Corrente', 'Cartão de Crédito', and 'Encontre no site'. The main content on the chalkboard says 'Orcamento Familiar' and 'Uso consciente do dinheiro – Por quê?'. It includes a small illustration of a person writing on a chalkboard. Below that, it says 'Entender de onde vem e para onde vai o seu dinheiro: esta é a receita para melhorar a utilização de seus recursos e assim prosperar, o que significa conquistar seus sonhos, viver confortavelmente e se preparar para o futuro. O uso consciente do dinheiro é a fórmula para melhorar cada vez mais sua qualidade de vida.' At the bottom, it says 'O Itaú vai ajudá-lo a controlar seu orçamento. Neste guia você terá informações que ajudarão a:'. There's a bulleted list: 'Ter tranquilidade financeira;', 'Realizar sonhos de consumo: como o carro, a casa própria, a viagem e muito mais;', 'Garantir a formação de seus filhos;', and 'Conquistar sua independência financeira.'.

Figura 5: Curso Orçamento Familiar, disponível no site do Itaú.

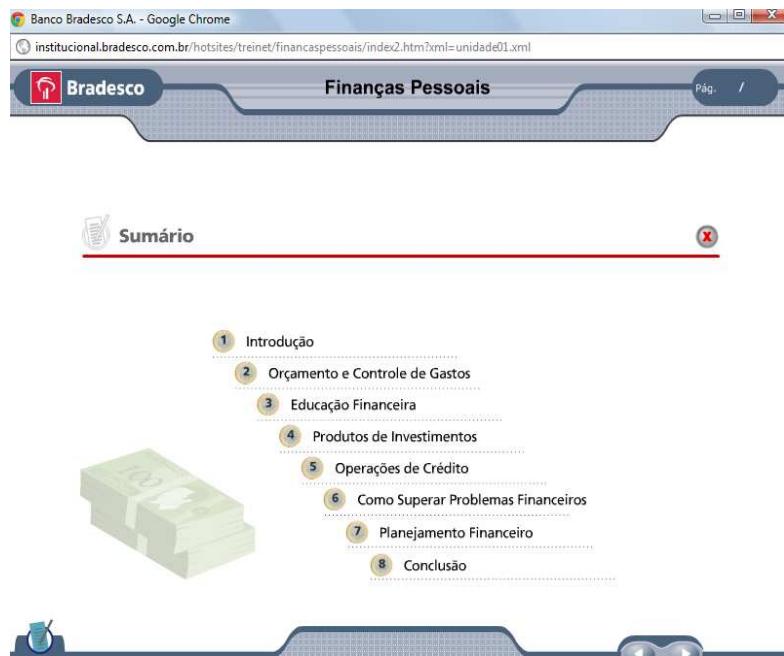


Figura 6: Curso Finanças Pessoais, disponível no site do Bradesco.

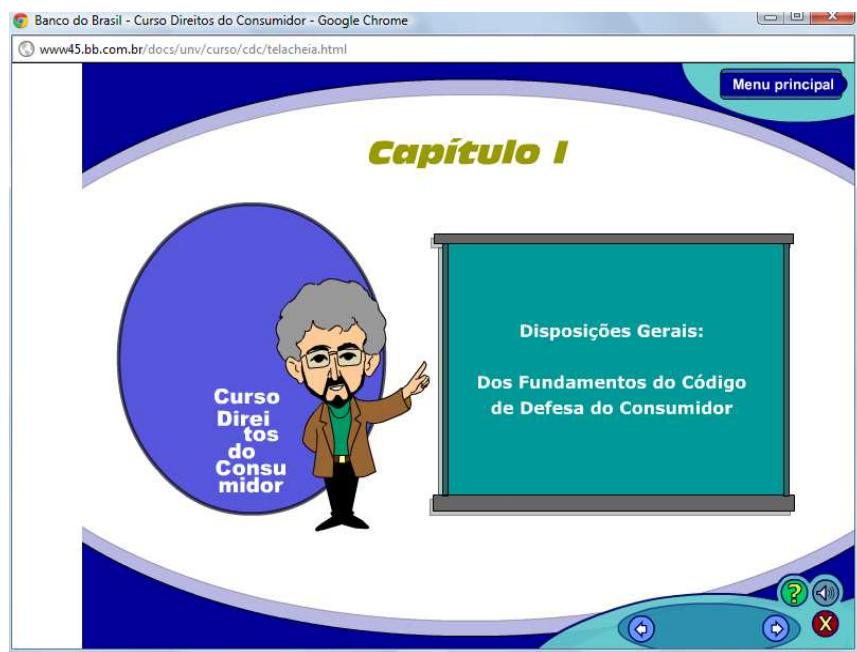


Figura 7: Curso Direitos do Consumidor, disponível no site do Banco do Brasil.

Conforme apresentado na Tabela 4, a oferta de linhas de financiamento socioambiental (prática 15) foi relatada por 70% das instituições pesquisadas. Foram

consideradas linhas específicas para o financiamento de projetos de natureza socioambiental, com condições mais benéficas, como taxas mais baixas e prazos mais alongados.

Segundo os relatos, há muitas linhas disponíveis. O Banco do Brasil apresenta mais de 15, e o Bradesco, 33. Entre elas estão o financiamento de projetos de eficiência energética que comprovadamente contribuam para economia de energia ou promovam a substituição de combustíveis fósseis; a implantação de sistemas de captação de energia renovável, como a solar e a eólica, e de tecnologias ambientais, como estações de tratamento de água, dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem. De uma maneira geral, as linhas estão voltadas para projetos de gestão ambiental. Não foi relatada a intenção de modificação de perfil na carteira de investimentos nos bancos amostrados.

Em relação à participação em comercialização de créditos de carbono (prática 16), tal prática foi observada em 50% dos relatos. O Mecanismo do desenvolvimento Limpo – MDL é um dos instrumentos de flexibilização estabelecidos pelo Protocolo de Kyoto com o objetivo de facilitar a redução das emissões de gases do efeito estufa. De uma maneira geral, a participação dos bancos no mercado de carbono de dá pelo financiamento de projetos, pela compra direta de créditos de carbono para compensar suas próprias emissões ou atuando como representante legal de empresas nas negociações propriamente ditas. Há incertezas quanto ao futuro do mercado global de carbono após 2012, quando termina o período de compromisso sob o Protocolo de Kyoto, que estabeleceu as regras deste mercado.

O mercado de carbono também existe fora do contexto de Kyoto, com vários programas voluntários de redução das emissões. Segundo o Instituto Carbono Brasil (2011) o mercado voluntário abre as portas para a inovação, uma vez que não está atrelado às regras pré-estabelecidas no Protocolo de Kyoto. As negociações são guiadas por regras comuns de mercado, podendo ser efetuadas em bolsas, por meio de intermediários ou diretamente entre as partes interessadas. Ainda segundo o site, especialistas consideram o potencial brasileiro de atuação nesse novo mercado muito grande. Porém a participação dos bancos ainda é tímida e sem destaque em seus relatórios e sites.

Verifica-se na Tabela 4 que a oferta de seguros ambientais é a prática menos frequente nas instituições avaliadas, sendo observada somente num único banco. O Itaú é a única empresa do setor a oferecer o seguro de responsabilidade civil por danos de poluição ambiental. Segundo o relatório de 2009, o produto foi lançado em 2005, pelo então Unibanco, para atender às necessidades das empresas preocupadas com os impactos de suas operações, não apenas nas comunidades onde atuam, mas também no meio ambiente de forma geral. O próprio banco prevê um cenário mais competitivo, com a entrada de novos concorrentes no mercado, embora os relatórios das outras instituições analisadas não façam referência ao assunto. O BNDES também não foi considerado, uma vez que a oferta de seguros não faz parte do escopo de atividades do banco.

Há outros tipos de seguro ditos “verdes”, porém com características distintas do considerado seguro ambiental. Por exemplo os seguros Verde Auto e Verde Lar oferecidos pelo HSBC. Nestes casos, as apólices são vinculadas a investimentos do banco na conservação de matas nativas, por meio do pagamento de serviços ambientais a pequenos proprietários rurais. Segundo o banco, ao contratar o seguro de automóveis, o cliente ajuda a preservar 88 m² de florestas durante cinco anos. Na apólice residencial, o banco se compromete com a preservação de uma área de 44m² pelo mesmo período. O cálculo leva em conta a “pegada ambiental” de um veículo ou residência no período.

Novamente as práticas analisadas são mais frequentes nos grandes bancos de varejo, conforme se verifica no Quadro 5. Votorantim e Safra, bancos de atuação mais restrita, são os que relatam as práticas elencadas em menor número. Desta vez, o Votorantim não apresentou nenhuma das práticas analisadas, enquanto o Safra apresentou apenas a oferta de fundos socialmente responsáveis.

4.3 Painel Comparativo

Nesta seção, as práticas de sustentabilidade em gestão e finanças sustentáveis, verificadas nos sites e relatório públicos do ano de 2009, serão agrupadas e comparadas com os resultados obtidos por Lins, Wajnberg e Moreno (2007), baseado em informações referentes a 2005/2006.

É importante destacar que, apesar de Lins, Wajnberg e Moreno (2007) também avaliarem as dez maiores instituições bancárias à época, não se trata da mesma amostra. Houve fusões e aquisições neste intervalo, de forma que, em relação à amostra de 2005/06, os bancos Real e Unibanco deixaram de existir como instituições independentes, sendo incorporados pelo Santander e Itaú, respectivamente. Neste mesmo período, o Banco do Brasil adquiriu a Nossa Caixa Nosso Banco (banco estadual paulista) e participou da reorganização societária do Votorantim, passando a deter 50% do capital social do mesmo; e a Caixa Econômica Federal comprou 35,54% do capital social do banco Pan Americano.

Essas mudanças dão mais peso à amostra atual. Assim, a representatividade, em termos de ativos totais, das dez maiores instituições bancárias atuantes no país cresceu 4,61% no referido período, conforme apresentado na Tabela 5. Em dezembro de 2006, os dez maiores bancos representavam 80,36% do total de ativos do sistema financeiro nacional, e em dezembro de 2009, este valor é de 84,97%.

Tabela 5: Evolução da concentração no setor bancário brasileiro entre dezembro de 2006 e dezembro de 2009.

SFN (R\$ Mil)	Dez/2006	Dez/2009	Crescimento (%)
Dez maiores	1.605.358.854	3.726.678.383	132,14
Ativo Total	1.997.735.742	4.385.828.730	119,54
Participação (%)	80,36	84,97	4,61

Fonte: Relatório Bacen – 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional.

A Tabela 6 apresenta a consolidação das práticas de sustentabilidade das dez maiores instituições bancárias atuantes no Brasil, levantadas neste trabalho, em comparação com levantamento semelhante feito por Lins, Wajnberg e Moreno (2007), baseado em informações referentes a 2005/2006. Na coluna “Variação”, os sinais +, - e = indicam crescimento, retração e manutenção, respectivamente.

Tabela 6: Práticas de sustentabilidade nos dez maiores bancos atuantes no Brasil nos anos de 2005/06 e 2009.

Prática / Ano de verificação	2005/06	2009	Variação
Práticas de Gestão			
1 - Possui programa de ecoeficiência?	*	80%	+
2 - Utiliza critérios de RSA na seleção de fornecedores e prestadores de serviços?	60%	80%	+
3 - Possui site de RSA?	60%	70%	+
4 - Possui relatório para informações socioambientais?	80%	90%	+
4.1 – Utiliza diretrizes GRI?	60%	60%	=
5 - Divulga informações relacionadas à diversidade?	80%	80%	=
6 - Divulga emissões de GEE?	50%	70%	+
7 - Tem meta de neutralidade de carbono?	20%	10%	-
8 - Divulga políticas relacionadas à segurança da informação?	90%	80%	-
9 - Divulga políticas relacionadas à lavagem de dinheiro?	80%	70%	-
Práticas de Finanças Sustentáveis			
10- Analisa riscos ambientais na concessão de financiamentos?	60%	80%	+
10.1 - Divulga indicadores?	40%	80%	+
11 - Divulga alguma prática relacionada a crédito responsável?	*	80%	+
12 - Apresenta ações de educação financeira?	*	60%	+
13 - Possui programa de microcrédito?	50%	50%	=
14 - Possui fundos socialmente responsáveis?	60%	78*%	+
15 - Possui linhas de financiamento socioambiental?	50%	70%	+
16 – Participa da comercialização de títulos de crédito de carbono?	10%	50%	+
17 - Oferece seguros ambientais?	10%	10%	=

* Não observada.

De uma maneira geral, as práticas de sustentabilidade se tornaram mais presentes nas instituições analisadas. Foi observado crescimento na distribuição de doze práticas, manutenção em quatro delas e retração em três. As práticas de finanças sustentáveis evoluíram mais positivamente que as de gestão.

Conforme apresentado na Tabela 6, entre as práticas de gestão que tiveram crescimento, estão a ecoeficiência, a utilização de critérios socioambientais na seleção de fornecedores, a disponibilização de site e relatório para informações de desempenho socioambientais (embora a utilização de diretrizes GRI não tenha evoluído) e divulgação de emissões de gases do efeito estufa.

Cabe um destaque para a divulgação dos programas de ecoeficiência, claramente observados em 80% dos sites e relatórios avaliados neste trabalho, o que representa um avanço em relação aos resultados de Lins, Wajnberg e Moreno (2007), quando os autores tiveram dificuldade na verificação de informações relacionadas e se utilizaram de dados da Febraban. Destaque também para a divulgação de emissões de GEE, verificada em 70% dos bancos avaliados em 2009, em comparação com os 50% anteriores. Esta é uma tarefa complexa que envolve a conscientização da instituição de sua contribuição direta para o efeito estufa e é também o primeiro passo rumo a neutralidade de carbono. A própria consciência das emissões pode ter levado o setor a não divulgar metas de carbono neutro, explicando a queda observada nesta prática.

O aumento verificado na utilização de critérios socioambientais na seleção de fornecedores, verificado na Tabela 6, é uma boa notícia, uma vez que o setor se relaciona com enorme quantidade de empresas fornecedoras, e ao exigir das mesmas o cumprimento de tais critérios, certamente estará contribuindo para melhorias e promovendo o desenvolvimento sustentável.

O crescimento observado no número de instituições que possuem site e relatórios de sustentabilidade é uma medida da transparência das instituições do setor bancário quanto à sua conduta, e também um indicador do seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável. Já a queda na divulgação de políticas de lavagem de dinheiro e segurança da informação pode ser reflexo do fato de que tais assuntos, por serem determinações legais, já não sejam considerados como um diferencial, e sim apenas cumprimento de exigência.

Em relação às práticas de finanças sustentáveis, a Tabela 6 apresenta o crescimento de quase todas, no período analisado. As exceções são as ofertas de microcrédito e de seguros ambientais. Aqui, o destaque vai para a utilização de

critérios socioambientais na análise de financiamentos, presente agora em 80% das instituições avaliadas, em comparação com os 60% anteriormente verificados. É na concessão do crédito que reside o grande poder de influência dos bancos. Como detentores de recursos, os bancos podem exigir adequação de conduta de todos os seus clientes. É na exigência do cumprimento desses critérios que os bancos exercem o papel de indutores do desenvolvimento sustentável.

As práticas de crédito responsável e educação financeira, não detectadas na avaliação anterior, estão presentes agora em 80 e 70% dos bancos analisados, respectivamente. Esta é uma mudança muito relevante, por demonstrar a preocupação do setor com a saúde financeira dos clientes. Ainda mais considerando a prevista bancarização dos muitos brasileiros que passarão a lidar com produtos e serviços, especialmente os relacionados a crédito. Os bancos parecem estar assumindo um papel proativo na educação financeira de clientes, deixando de ser apenas fornecedores de produtos e serviços bancários. A oferta de microcrédito, sem variação nos períodos observados, também é um importante instrumento de apoio a uma população que tradicionalmente não é alvo de empréstimo bancários, e poderia ser mais bem explorada.

Outro destaque é a comercialização de créditos de carbono, que em 2006 era efetuada por apenas um banco, e já está presente na carteira de negócios de 50% das instituições avaliadas, como se observa na Tabela 6. O comércio de carbono se estabeleceu como uma oportunidade de geração de valor a partir de uma situação aparentemente adversa, e apesar do crescimento relevante no setor bancário, esta é uma oportunidade que não parece estar sendo completamente aproveitada. É possível que haja um investimento maior, após uma definição regulatória, em substituição ao primeiro período de compromisso do Protocolo de Kyoto, cujo término será em 2012.

O aumento verificado na oferta de fundos socialmente responsáveis é esperado, uma vez que contribui para uma imagem positiva da instituição, sem exigir grandes mudanças internas ou confronto de interesses com clientes. Pelo contrário, trata-se de atender os anseios de uma parcela cada vez maior de cidadãos que querem

investir seus recursos em empresas que demonstrem compromisso com a sustentabilidade.

As linhas de financiamento socioambiental ampliaram sua presença no setor de 50 para 70%. Porém, não há razão para não serem disponibilizadas em 100% das instituições. Esta também é prática de negócio que deverá ter uma presença cada vez mais marcante.

As ofertas de seguro ambiental e a divulgação de informações relacionadas à diversidade do corpo funcional não sofreram alteração, sendo relatados por 10% e 80% das instituições nos dois períodos analisados. O seguro ambiental é ainda um produto relativamente recente, e ainda não frequente no setor bancário brasileiro. Em relação à diversidade, uma análise mais aprofundada, verificando a qualidade e o detalhamento das informações divulgadas, talvez apontasse uma melhora nesse quesito.

De uma maneira geral, no período compreendido entre o trabalho de Lins, Wajnberg e Moreno e este estudo, a presença de práticas de sustentabilidade no setor bancário se intensificou. Conforme apresentado no Quadro 7, das nove práticas de gestão avaliadas, em 2005/2006 apenas quatro estavam presentes em pelo menos 70% das instituições pesquisadas. Em 2009, este número dobrou, ou seja, oito das nove práticas de gestão foram relatadas por pelo menos 70% dos bancos amostrados.

Em relação às práticas de finanças sustentáveis, o resultado é ainda mais expressivo. Em 2005/2006, nenhuma prática de finanças sustentáveis alcançou pelo menos 70% de frequência. Em 2009, cinco, das nove práticas avaliadas foram relatadas por pelo menos 70% dos bancos pesquisados.

Práticas de Gestão	
2005/06*	2009
Possui relatório para informações socioambientais?	Possui programa de ecoeficiência?
Divulga informações relacionadas à diversidade?	Utiliza critérios de RSA na seleção de fornecedores e prestadores de serviços?
Divulga políticas relacionadas à segurança da informação?	Possui site de RSA?
Divulga políticas relacionadas à lavagem de dinheiro?	Possui relatório para informações socioambientais? Divulga informações relacionadas à diversidade? Divulga emissões de GEE? Divulga políticas relacionadas à segurança da informação? Divulga políticas relacionadas à lavagem de dinheiro?

Quadro 7: Práticas de sustentabilidade em gestão, presentes em pelo menos 70% nos dez maiores bancos atuantes no Brasil, nos anos de 2005/06 e 2009. *Fonte: Lins, Wajnberg e Moreno (2007).

Práticas de Finanças Sustentáveis	
2005/06*	2009
Nenhuma prática alcançou 70% de frequência.	Analisa riscos ambientais na concessão de financiamentos? Divulga indicadores? Divulga alguma prática relacionada a crédito responsável? Possui fundos socialmente responsáveis? Possui linhas de financiamento socioambiental?

Quadro 8: Práticas de finanças sustentáveis presentes em pelo menos 70% nos dez maiores bancos atuantes no Brasil, nos anos de 2005/06 e 2009. *Fonte: Lins, Wajnberg e Moreno (2007).

Esta evolução fica ainda mais clara quando os dados são dispostos em gráficos. No Gráfico 1, tem-se a distribuição de frequência das práticas de gestão nas instituições avaliadas nos períodos de 2005/2006, retirada de Lins, Wajnberg e Moreno (2007),

em comparação com as observadas neste trabalho. E no Gráfico 2, a mesma comparação, para práticas de finanças sustentáveis. Em ambos os gráficos, o crescimento da área colorida em verde, que representa as práticas presentes em pelo menos 70% das instituições pesquisadas, é expressivo.

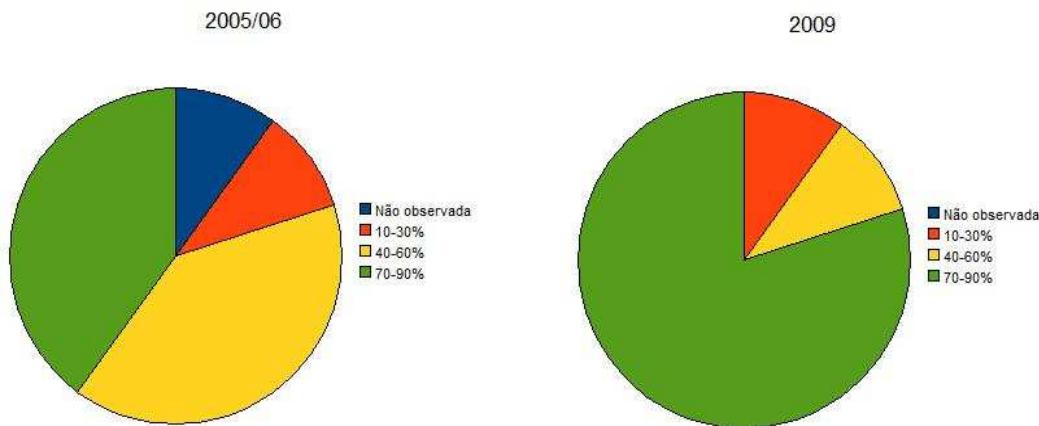


Gráfico 1: Frequência de práticas de sustentabilidade em gestão, observadas em sites e relatórios das dez maiores instituições bancárias atuantes no Brasil, nos anos de 2005/2006 e 2009.

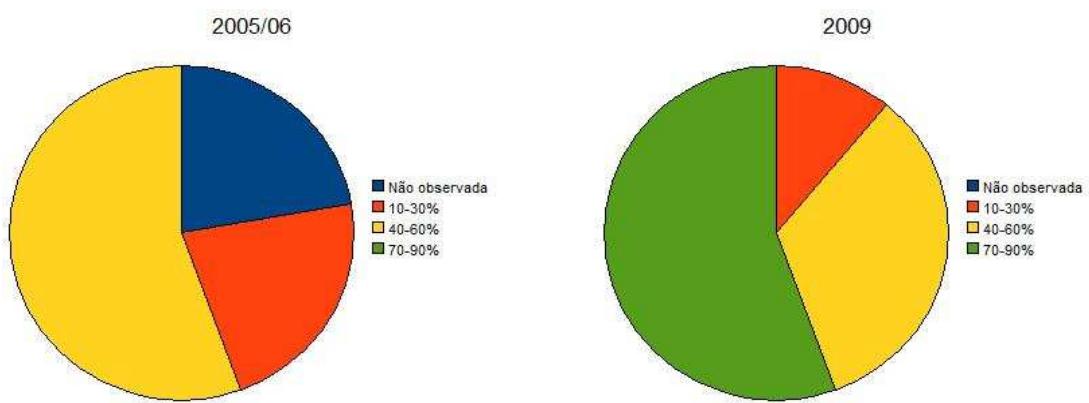


Gráfico 2: Frequência de práticas de finanças sustentáveis observadas em sites e relatórios das dez maiores instituições bancárias atuantes no Brasil, nos anos de 2005/2006 e 2009.

Dada a representatividade da amostra (cerca de 85% do total de ativos do sistema financeiro nacional), pode-se dizer que o setor bancário brasileiro tem reagido positivamente aos desafios do desenvolvimento sustentável, e, apesar do longo caminho ainda a ser percorrido na direção de uma sustentabilidade corporativa plena, tem desempenhado seu papel de promotor de mudança de postura, em direção ao desenvolvimento sustentável, em toda a sociedade brasileira.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A sustentabilidade corporativa é um novo modelo de negócios que leva em consideração o conceito de desenvolvimento sustentável nas definições estratégicas e operações das empresas.

Em termos de sustentabilidade, o setor bancário é considerado de baixo impacto ambiental direto. Porém, há cada vez mais consenso em torno da necessidade dos bancos assumirem um papel de promotor e indutor de desenvolvimento sustentável, dado seu enorme poder de persuasão, como detentor de recursos. É no financiamento a atividades de terceiros que pode ser atribuído aos bancos um grande impacto ambiental indireto. E é também aí que reside a possibilidade de reverter tal impacto em influência positiva.

A decisão de usar seu poder de agente detentor de recursos para induzir comportamentos sustentáveis nos públicos com que se relaciona, é de nível estratégico e se reflete na condução dos negócios e no dia-a-dia do setor. Assim, uma forma de avaliar o grau de comprometimento de uma instituição com a sustentabilidade, é considerar o desdobramento de suas políticas e estratégias em práticas de sustentabilidade. Este trabalho avaliou a presença de práticas de sustentabilidade em gestão e finanças sustentáveis no setor bancário brasileiro, pela análise de sites e relatórios 2009 das dez maiores instituições bancárias atuantes no país. São elas: Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, BNDES, Caixa Econômica Federal, Santander, HSBC, Votorantim, Safra e Citibank.

Verificou-se que, de uma maneira geral, as práticas de sustentabilidade estão bem distribuídas e consolidadas no setor bancário brasileiro, porém com variações entre as instituições. As práticas de gestão mais frequentemente observadas são ecoeficiência, utilização de critérios socioambientais na seleção de fornecedores, a divulgação de políticas de segurança da informação de relatórios de desempenho socioambiental. Esta última de fundamental importância, por possibilitar o monitoramento do desempenho do setor pelas partes interessadas e pela sociedade como um todo. A prática de gestão menos observada é o estabelecimento de meta de neutralidade de carbono.

Em relação às práticas de finanças sustentáveis, as mais frequentes são a análise de riscos socioambientais na concessão de financiamentos, o crédito responsável e a disponibilização de fundos socialmente responsáveis. A avaliação de critérios socioambientais na concessão de crédito é uma forma de adequar a conduta de clientes, em termos de desenvolvimento sustentável, e é também o principal fator indutor de mudança de postura utilizado pelos bancos.

Também foi observado que as práticas de sustentabilidade estão mais presentes nos grandes bancos de varejo, não sendo frequente nos bancos de atuação mais restrita, como o Votorantim e o Safra, que não apresentaram a maioria das práticas analisadas.

No comparativo com o levantamento anterior, feito por Lins, Wajnberg e Moreno (2007), com dados referentes a 2005 e 2006, verificou-se que a presença de práticas de sustentabilidade no setor bancário se intensificou. Em 2009, a maioria das práticas avaliadas está presente em pelo menos 70% das instituições pesquisadas. Destacaram-se o aumento das práticas de ecoeficiência, crédito responsável, educação financeira, oferta de fundos socialmente responsáveis e participação no mercado de carbono.

Há que se considerar as limitações inerentes à metodologia adotada. Um aspecto importante é o fato de que a divulgação, ou não, das práticas elencadas não significa necessariamente que as mesmas existam, ou não. Assim, é possível que uma prática exista e não seja divulgada. Entretanto, a divulgação em sites, e especialmente em relatórios, é um indicador da importância que a instituição dá ao assunto.

Outro ponto, é que a existência da prática por si só é um dado limitado, já que não permite inferências sobre a qualidade e a eficiência com que está sendo executada. Assim, a frequência da prática no setor é um dado importante, mas somente será pleno de significado quando associado a um detalhamento qualitativo de como tal prática é concretizada.

Conclui-se que, em função da forte presença das práticas de sustentabilidade nas principais instituições bancárias atuantes em nosso país, o setor bancário brasileiro é comprometido com sustentabilidade corporativa. E que, apesar do longo caminho

ainda a ser percorrido na direção de uma sustentabilidade corporativa plena, tem desempenhado seu papel de indutor de desenvolvimento sustentável e contribuído para uma nova postura em direção à sustentabilidade, por parte de toda a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ÁLVARES JR, O.M., LINKE, R.R.A. **Metodologia simplificada de cálculo das emissões de gases do efeito estufa de frotas de veículos no Brasil.** CETESB. São Paulo, 2001.

ANTUNES, J. **Uma breve análise sobre a evolução da sustentabilidade corporativa.** 2011. Disponível em:
<http://www.sustentabilidadedecorporativa.com/2011/03/uma-breve-analise-sobre-evolucao-da.html>. Acesso em: 23 mai 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Composição do Sistema Financeiro Nacional.** <<http://www.bcb.gov.br/?SFNCOMP>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório - 50 maiores bancos e o consolidado do Sistema Financeiro Nacional.** Disponível em:
<http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp> Acesso em: 09 mai. 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Instituições com maiores redes de agências no país .** Disponível em:
http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/r201012/T3AB_Quadro%2007%20-%20Instituições%20com%20maiores%20redes%20de%20agências%20no%20país%20.pdf Acesso em: 10 mai. 2011.

BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual 2009.** Disponível em:
<http://www.bb.com.br/portalbb/page3,136,3433,0,0,1,8.bb?codigoMenu=198&codigoNoticia=10805&codigoRet=214&bread=1> Acesso em: 10 mai. 2011.

BANCO DO PLANETA. **Fornecedores – parceiros estratégicos.** Disponível em:
[http://www.bancodoplaneta.com.br/site/\(S\(zubcuczt2j1kla45p53jr5uf\)\)/conteudo/templates/default.aspx?secaold=137](http://www.bancodoplaneta.com.br/site/(S(zubcuczt2j1kla45p53jr5uf))/conteudo/templates/default.aspx?secaold=137) Acesso em: 28 nov. 2010.

BANCO DO PLANETA. **Segurança da informação.** Disponível em:
<http://www.bradescoseguranca.com.br/default.asp?pag=html/content/informacao/default.asp> Acesso em: 15 nov. 2010.

BANCO SAFRA. Consolidado Dez 2009. Disponível em:
<http://www.safra.com.br/portugues/internas/latina/Rel/default_rel.htm> Acesso em 08 jun.2011.

BANCO VOTORANTIM. Relatório Anual 2009. Disponível em:
<http://www.bancovotorantim.com.br/web/site/bv/sobre_banco/relatorio_anual.html> Acesso em 23. mai. 2011

BARROS, L. V. A defesa do direito à informação socioambiental em juízo ou fora dele. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo, 2007. Disponível em:
<https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2754/1/a_defesa_do_direito.pdf> Acesso em: 24 mai. 2011.

BNDES. Relatório Social 2005. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em
<http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivo_s/empresa/RelAnual/ra2005/relatorio_social2005.pdf> Acesso em: 16 mai. 2011

BNDES. Relatório Anual 2008. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
<http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivo_s/empresa/RelAnual/ra2008/relatorio_anual2008.pdf> Acesso em: 25 mai. 2011.

BNDES. Relatório Anual 2009. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:
<http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anual/index.html> Acesso em: 15 mai 2011

BOVESPA. Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE. Disponível em:
<<http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&idioma=pt-br>> Acesso em: 23 maio 2011.

BRADESCO. Relatório de Sustentabilidade 2009. Disponível em:
<<http://www.bradesco.com.br/abertura.html>> Acesso em 23 mai. 2011.

BRUNDTLAND, G. H. Our Common Future: From One Earth to One World. Nova York, Oxford university Press, 1987.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Relatório de Sustentabilidade 2009**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/acaixa/relatorios/balanco_social.asp> Acesso em 23 mai. 2011

CARBON DISCLOSURE PROJECT REPORT. Londres, 2006. Disponível em: <https://www.cdproject.net/CDPResults/CDP4_Brazil_Report.pdf> Acesso em: 15 nov. 2010.

CAVAZOTTI, D. **O Brasil produz papel sustentável**. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/noticias/NoticiaDetalhe.aspx?codNoticia=117779>> Acesso em: 20 nov. 2010.

CEBDS. **Ecoeficiência**. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/cebds/eco-rbe-ecoeficiencia.asp>> Acesso em: 08 jun. 2011.

CEBDS. CTFIN – **Contexto**. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/cebds/fi-ctfin.asp>> Acesso em: 23 mai. 2011.

CITIBANK. **Relatório de Sustentabilidade 2008/2009**. Disponível em: <https://www.latinamerica.citibank.com/JPS/portal/pdf/BRGCB/responsocio/2009_Intervalativo.pdf> Acesso em 15 mai. 2011.

COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras. **Cartilha Lavagem de dinheiro – um problema mundial**. Brasília, 2000. Disponível em: <<https://www.coaf.fazenda.gov.br/conteudo/publicacoes/cartilha-lavagem-de-dinheiro-um-problema-mundial/>> Acesso em: 15 nov. 2010.

ELIAS, S. N.V. **Lavagem de Dinheiro: Criminalização, Legislação e Aplicação ao Mercado de Capitais**. Rio de Janeiro, 2005.

FEBRABAN. **I Café com sustentabilidade – Declaração de Collevecchio**. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.febraban.org.br/Febraban.asp?id_pagina=93> Acesso em: 27 nov. 2010.

FEBRABAN. Sustentabilidade. **Presidente da Febraban assina Protocolo Verde**. Disponível em

<http://www.febraban.org.br/Noticias1.asp?id_texto=626&id_pagina=59&palavra=> Acesso em 07 jun. 2011.

FEBRABAN. Relatório Anual – 2008. Disponível em:
<http://www.febraban.org.br/p5a_52qt34++5cv8_4466+ff145afbb52ffrtq33fe36455li5411pp+e/sitefebraban/Febraban_RA_2008_web.pdf> Acesso em: 15 nov. 2010.

FEBRABAN. Relatório Anual – 2009. Disponível em:
<http://www.febraban.org.br/p5a_52qt34++5cv8_4466+ff145afbb52ffrtq33fe36455li5411pp+e/sitefebraban/Febraban_completo.pdf> Acesso em: 15 mai. 2010.

FEBRABAN. Setor bancário em números. São Paulo, 2010. Disponível em:
<http://www.febraban.org.br/Acervo1.asp?id_texto=214&id_pagina=85&palavra>
Acesso em: 15 nov. 2010.

FRANÇA, M. S. J. Sustentabilidade ao alcance do Santander, BB e Itaú Unibanco. Valor Econômico. São Paulo: 14/06/2010. Disponível em:<http://www.financassustentaveis.com.br/projeto/download/sustentabilidade_ao_alcance_do_santander_bb_e_itauunibanco.pdf>. Acesso em: 08 mai. 2011.

FRANCO, S. R. M. F. Fundamentos constitucionais para o caráter sigiloso dos dados e informações bancárias. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 72, 01/01/2010 Disponível em:<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7098>
Acesso em: 29/05/2011.

FURTADO, M. Análise financeira passa a considerar indicador ambiental. 2005 Disponível em: <<http://www.quimica.com.br/revista/qd411/ambiente.htm>> Acesso em: 02 nov. 2010.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.
IBGE. Censo Demográfico 2000. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtml>> . Acesso em: 28 mai. 2011.

HSBC. Relatório de Sustentabilidade 2009. Disponível em:
<http://www.hsbc.com.br/1/2/relatoriodesustentabilidade?WT.ac=%20HBBR_SHD2SUST01_20100114> Acesso em: 23 mai. 2011.

ICF – FIDES. **Levantamento de Oportunidades Concretas de Projetos de Baixo Carbono no Brasil.** 2010. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/download/Levantamento-de-Oportunidades-Concretas-de-Projetos-de-Baixo-Carbono-no-Brasil.pdf>> Acesso em: 07 jun. 2011.

INSTITUTO CARBONO BRASIL. **Mercado de Carbono.** Disponível em: <http://www.institutocarbonobrasil.org.br/#mercado_de_carbono> Acesso em: 06 jun. 2011.

ITAÚ. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2009.** Disponível em: <<http://www.itauunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/>> Acesso em 23 mai. 2011

KIEKOW, S.R. **O crédito responsável através do endividamento: um estudo de caso no Banco do Estado do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18122/000686703.pdf?sequence=1>> Acesso em: 18 nov. 2010.

LAURETTI, L. **Relatório Anual. Veículo por excelência da comunicação institucional.** São Paulo: Saraiva, 2003

LEITÃO, M. **Desmatamento: frigoríficos na mira dos supermercados.** O Globo, Rio de Janeiro, jun.2009. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/economia/miriam/posts/2009/06/16/desmatamento-frigorificos-na-mira-dos-supermercados-195938.asp>> Acesso em: 06 jun. 2011.

LIMA, B. P. **Mais de 39% dos brasileiros não têm conta bancária, diz Ipea.** Estadão, São Paulo, jan.2011. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios+setor-financeiro,mais-de-39-dos-brasileiros-nao-tem-conta-bancaria-diz-ipea,not_50563,0.htm> Acesso em: 06 jun. 2011.

LINS,C., WAJNBERG, D, MORENO, F. **Pesquisa FBDS/IMD: Sustentabilidade corporativa: setor de papel e celulose e setor financeiro.** Palestra realizada em 26/10/2007. Disponível em: <<http://www.fbds.org.br/IMG/pdf/doc-272.pdf>> Acesso em: 15 nov. 2010.

LINS,C., WAJNBERG, D. **Sustentabilidade corporativa no setor financeiro brasileiro.** Disponível em:
http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnDES_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/especial/sustentabilidade.pdf Acesso em: 15 nov. 2010.

MATTAROZZI, V. TRUNKL, C. **Sustentabilidade no setor financeiro – gerando valor e novos negócios.** São Paulo: Senac, 2008.

MATTAROZZI, V. TRUNKL, C. **Definidas novas regras de governança para os Princípios do Equador.** 2010. Disponível em:
<http://negociossustentaveis.blogspot.com/2010/07/definidas-novas-regras-de-governanca.html> Acesso em: 23 mai. 2011.

MERCADO de Carbono pode crescer 30% este ano. Estadão, São Paulo, jan. 2010. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,mercado-de-carbono-pode-crescer-33-este-ano,503775,0.htm> Acesso em: 07 jun. 2011.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Status atual das atividades de projeto do MDL no Brasil e no mundo.** Disponível em:
<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/30317.html> Acesso em: 27 nov. 2010.

NOGUEIRA, R.P. **O Preceito de Diversidade e a Composição da Força de Trabalho no Setor Público. Brasília, 2005.** Disponível em:
<http://www.observerh.org.br/nesp> Acesso em: 20 nov. 2010.

PAULA, L.F., OUREIRO, J.L. **Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro.** Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2007.

PEREIRA, J.C.C. **Finanças sustentáveis: qual a realidade dos bancos privados após adesão da Febraban ao Protocolo Verde?** Disponível em:
http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg6/anais/T10_0232_10_95.pdf Acesso em: 04 jun. 2011.

POLIDO, W. **Seguros para riscos ambientais.** Revista Brasileira de Risco e Seguro v.5, n. 11 abril/setembro 2010. Disponível em
http://www.rbrs.com.br/paper/paper_interna.cfm?id=9 Acesso em: 27 nov. 2010.

PRADO, A., ROSENBURG, C. **O banqueiro verde**. Revista Época Negócios. Disponível em:
<<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDR76599-8379,00.html>> Acesso em: 26 nov. 2010.

PRINCÍPIOS DO EQUADOR. Disponível em:<http://www.equator-principles.com/documents/ep_translations/EP_Portuguese.pdf> Acesso em: 17 nov. 2010.

PROTOCOLO VERDE. 2008 Disponível em:
<http://www.bnDES.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bnDES_pt/Galerias/Arquivos/empresa/download/ProtocoloVerde.pdf> Acesso em: 23 mai. 2011.

PROTOCOLO VERDE. 2009 Disponível em:
<<http://www.febraban.org.br/protocoloverde/PROTOCOLO%20DE%20INTEN%C3%87%C3%95ES.PDF>> Acesso em: 23 de mai. 2011.

RIBEIRO, M.L., SOUZA, M.T.S., CAMPOS, T.M. **Ecoeficiência no setor bancário: uma investigação sobre benefícios ambientais**. 2010. Disponível em:
<http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2010/artigos/E2010_T00349_PCN98508.pdf> Acesso em: 18 nov. 2010.

RODRIGUES, M. ISE - **Índice de Sustentabilidade Empresarial – o que é?** 2009. Disponível em: <<http://www.sucessonews.com.br/ise-indice-de-sustentabilidade-empresarial-o-que-e/>> Acessado em 24 mai. 2011.

SANTANDER. **Relatório Anual 2009**. Disponível em:
<<http://sustentabilidade.bancoreal.com.br/oquefazemos/Paginas/RelatoriosSustentabilidade.aspx>> Acesso em 23 mai. 2011.

SANTOS, H. **Diversidade no mercado de trabalho e o investimento social inclusivo**. In Anais Responsabilidade Social da Empresa – um bom negócio para todos. Salvador, 2006. Disponível em:
<<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1163474>> Acesso em: 23 mai. 2011.

SCHMIDHEINY, S. **Changing course: a global business perspective for development and environment.** Cambridge, MIT Press, 1992.

SILVA, D. P. **Vocabulário jurídico conciso.** Rio de Janeiro, Ed. Forense, 2008.
SYMANTOB, M. **Sustentabilidade, governança e inovação.** Palestra realizada em 14/09/2011. Disponível em: <<http://moysessimantob.com.br/?p=1816>> Acesso em: 30 nov. 2010.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** São Paulo: Atlas, 2002.
TAKAHASHI, P. BATISTA, V. ANGELO, A. **Consumo supera a renda.** 2011
Disponível em: <http://www.informabrasil.com.br/preview_fgv.php?idmatr=1150003> Acesso em: 24 mai. 2011.

TOLEDO, A. F. **Atividades de serviços: uma reflexão em relação aos impactos ambientais.** 2005. Disponível em:
<http://www.unifor.br/images/pdfs/pdfs_notitia/365.pdf> Acesso em: 23 mai. 2011.

UNEP-FI. **Our Members.** Disponível em:
<http://www.unepfi.org/signatories/index.html?&no_cache=1> Acesso em: 23 mai. 2011.

VAN MARREWIJK, M. **Concepts and Definitions of CSR and Corporate Sustainability: Between Agency and Communion.** Journal of Business Ethics, v. 44, p. 95–105, 2003.

VIALLI, A. 2009. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/andrea-vialli/poucas-brasileiras-no-djsi/>> Acesso em: 23 mai. 2011.

WAJNBERG, D. **Sustentabilidade nos bancos brasileiros: exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e desempenho financeiro corporativo.** Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.cra-rj.org.br/site/espaco_opiniao/arquivos/Artigo%20Daniel%20Wajnberg.pdf> Acesso em: 15 nov 2010.

YUNUS, M. **Um Mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo.** São Paulo: Ática, 2008